



MAPEAR

11ª EDIÇÃO 2025/2026

PRF

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Siglas utilizadas

CGDH | Coordenação-Geral de Direitos Humanos

CNMP | Conselho Nacional do Ministério Público

COORDINFÂNCIA | Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

DINT | Diretoria de Inteligência

DIOP | Diretoria de Operações

DPU | Defensoria Pública da União

ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente

ENDICA | Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESCA | Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

ESG | Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)

IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH | Índice de Desenvolvimento Humano

IVS | Índice de Vulnerabilidade Social

MDHC | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MJSP | Ministério da Justiça e Segurança Pública

MPT | Ministério Público do Trabalho

ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT | Organização Internacional do Trabalho

ONEESCA | Operação Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

ONGs | Organizações Não Governamentais

ONU | Organização das Nações Unidas

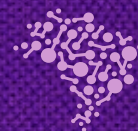
OTDH | Operações Temáticas de Combate aos Crimes Contra os Direitos Humanos

PNMC | Programa Na Mão Certa

PRF | Polícia Rodoviária Federal

SENASP | Secretaria Nacional de Segurança Pública

SGDCA | Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente



DIRETOR-GERAL

ANTÔNIO FERNANDO SOUZA OLIVEIRA

DIRETOR-EXECUTIVO

ALBERTO RAPOSO NETO

DIRETORA DE OPERAÇÕES

NADIA ZILOTTI ALENCAR

DIRETOR DE INTELIGÊNCIA

DANIEL ALVES BRASIL

COORDENADORA-GERAL DE DIREITOS HUMANOS

FERNANDA SOUZA CARLOS

**COORDENADOR DE ÁREAS ESPECIALIZADAS DE
COMBATE AO CRIME**

FRANCISCO RODRIGUES OLIVEIRA NETO

**SETOR DE ENFRENTAMENTO AOS CRIMES CONTRA
OS DIREITOS HUMANOS**

LEONARDO RIBEIRO SANTANA

EQUIPE DE PROJETO MAPEAR

Aline Andrade Pimentel - PRF

Beatriz Magri Tomasi - PRF

Iran Barros Lima - PRF

Liége Lorenzetti Vieira - CGDH

Luanda Naiade Oliveira da Silva - CGDH

Marcelo Jorge Werner - PRF

Marcos Joel de Melo Santos - PRF

Ricardo de Oliveira Rodrigues de Paula - PRF

Rodrigo Nichetti Silva - PRF

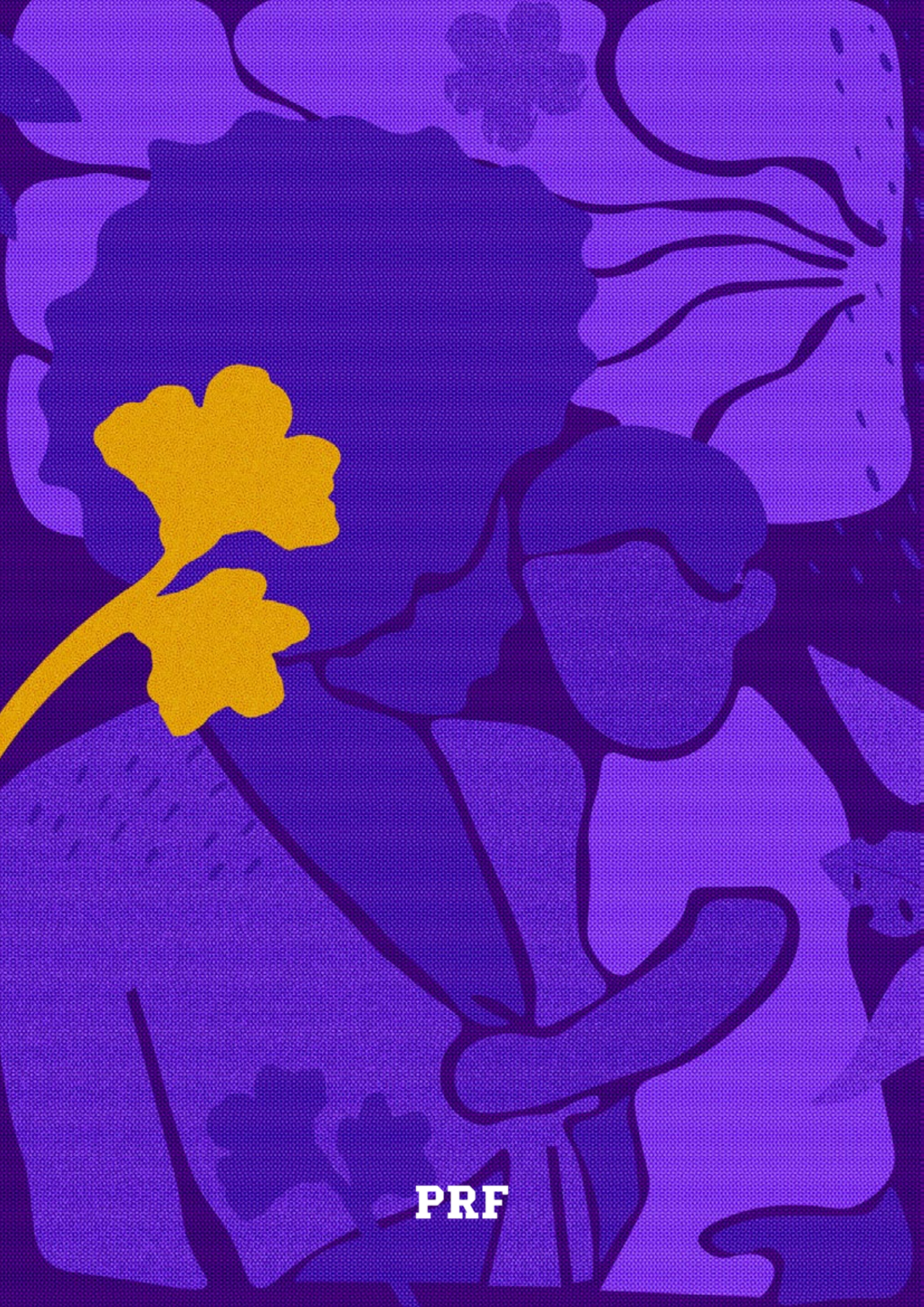
Anna Flora Werneck - Childhood Brasil

Eva Cristina Dengler - Childhood Brasil

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO - CGCOM

Guza Rezê de Aquino Silva - PRF

Mateus Lourenço de Paula - PRF



PRF



Sumário

01/ CARTAS INSTITUCIONAIS	06
02/ PREFÁCIO	15
03/ RESUMO EXECUTIVO	16
04/ INTRODUÇÃO	19
05/ VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	20
06/ HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO MAPEAMENTO NAS RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS	22
07/ METODOLOGIA DE TRABALHO	24
08/ RESULTADOS	26
09/ INTELIGÊNCIA POLICIAL	38
10/ OPERAÇÕES E DESDOBRAMENTOS	41
11/ PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS	47
12/ PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O PRÓXIMO BIÊNIO	48
13/ CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

1.

Cartas Institucionais

DIRETOR-GERAL DA PRF

Prezados (as),

É com senso de responsabilidade institucional e profundo compromisso com a sociedade brasileira que apresentamos esta 11ª edição do Projeto Mapear, iniciativa que, ao completar 20 anos de existência, reafirma seu papel como uma das mais relevantes ações da Polícia Rodoviária Federal na proteção de crianças e adolescentes.

Ao longo de mais de duas décadas, consolidamos o Mapear como um projeto estruturante, orientado por evidências e sustentado por uma parceria exitosa com a Childhood Brasil. Trata-se de um esforço contínuo que posiciona a PRF na linha de frente do enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil nas rodovias federais.

Os avanços obtidos são consistentes e mensuráveis. Conseguimos promover uma redução significativa dos pontos de vulnerabilidade ao longo dos mais de 75 mil quilômetros de rodovias sob nossa circunscrição, resultado de uma atuação baseada na integração de três eixos fundamentais: prevenção, repressão e inteligência.

No campo preventivo, aprimoramos o mapeamento estratégico das áreas de risco, instrumento essencial para orientar políticas públicas e direcionar esforços institucionais. Na frente repressiva, intensificamos a atuação qualificada contra os autores desses crimes, reafirmando nosso compromisso inegociável com a responsabilização penal. Já no eixo de inteligência, promovemos uma transformação significativa na atividade policial, incorporando análise de dados e metodologias que ampliam nossa capacidade de antecipação e resposta.



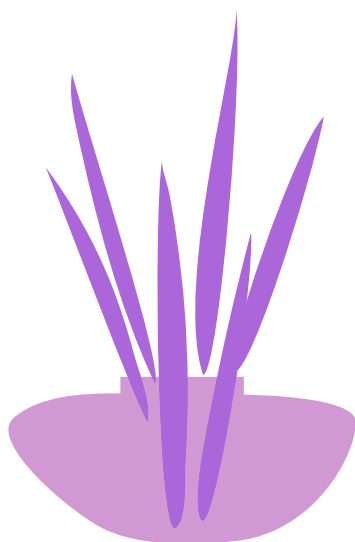
A tecnologia tem sido aliada decisiva nesse processo. Desenvolvemos aplicativo próprio para apoio ao trabalho de campo, consolidamos ferramentas de Business Intelligence para monitoramento e análise das informações e estamos avançando no uso de soluções baseadas em inteligência artificial, de modo a qualificar a leitura dos resultados e subsidiar a tomada de decisão.

O Mapear representa, assim, uma verdadeira revolução na segurança pública voltada à proteção de crianças e adolescentes no Brasil. O projeto utiliza uma metodologia revisada e atualizada, consolidando o Mapear como referência que inspira iniciativas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública e de outras instituições.

Este relatório traduz, sobretudo, o empenho, a dedicação e o compromisso de milhares de policiais rodoviários federais que, com elevado senso de missão, atuam diariamente na defesa dos mais vulneráveis. É a partir desse trabalho coletivo que seguimos avançando.

Seguiremos firmes, aprimorando nossas estratégias, incorporando inovação e fortalecendo parcerias, certos de que proteger a infância e a juventude é um dever permanente do Estado brasileiro. Uma boa leitura e um forte abraço!

Fernando Oliveira
DIRETOR-GERAL
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



CHILDHOOD BRASIL

A Childhood Brasil é uma organização da sociedade civil fundada em 1999 pela Rainha Silvia da Suécia. Como representante no país, a World Childhood Foundation atua há 26 anos com a missão de inspirar, promover e desenvolver soluções para prevenir o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ao longo de sua trajetória, a organização tem mobilizado diferentes setores da sociedade, promovendo conhecimento, articulação institucional e soluções que fortalecem a proteção da infância e da adolescência no Brasil. Em 2025, foi eleita pela quinta vez consecutiva uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor pelo Prêmio Melhores ONGs.

A atuação da Childhood Brasil junto ao setor privado parte da premissa de que empresas comprometidas com a responsabilidade social e com os direitos humanos não podem admitir qualquer forma de violação contra crianças e adolescentes em suas operações, cadeias produtivas ou territórios de atuação.

Uma das principais iniciativas da organização nesse campo é o Programa Na Mão Certa. Lançado em 2006, o Programa valoriza a inclusão dos direitos da criança e do adolescente na agenda ESG (Environmental Social and Governance) das empresas, alinhado aos debates sobre direitos humanos e empresas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse contexto, foi criado o *Pacto Empresarial pelo Fim da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*, iniciativa pioneira que se consolidou como referência nacional na promoção de um compromisso público voluntário de empresas e entidades associativas setoriais e sindicais, perante a sociedade, para enfrentar essa grave violência.

Além da mobilização do setor privado, o Programa Na Mão Certa promove compromissos públicos e inter-setoriais, estabelecendo parcerias estratégicas com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. Foi nesse contexto que, em 2009, a Childhood Brasil firmou um Acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Rodoviária Federal para apoiar o processo de revisão e qualificação da metodologia de identificação de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais.

Desde então, a parceria tem possibilitado o aprimoramento contínuo do mapeamento, a disseminação dos dados produzidos, a formação de policiais e o fortalecimento da atuação intersectorial no enfrentamento dessa violação. O mapeamento de pontos é uma ferramenta valiosa para o Programa Na Mão Certa, bem como para todos os serviços que integram a rede de proteção. Além de orientar ações de prevenção nas rodovias federais, os dados produzidos apoiam o planejamento de políticas públicas e iniciativas estratégicas, contribuindo para maior efetividade das ações voltadas à proteção da infância e da adolescência.

Sem comprometer a metodologia consolidada ao longo dos anos, cada nova edição do mapeamento passou a incorporar aprimoramentos técnicos e a ampliar o olhar sobre os desafios que marcam o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no país, a saber:

- *Qualificação dos dados sobre as vítimas;*
- *Integração com outros dados oficiais;*
- *Ampliação da articulação com as redes locais de proteção para encaminhamento dos casos;*
- *Transferência da metodologia para as polícias rodoviárias estaduais;*
- *Incorporação do olhar sobre o tráfico de pessoas relacionado à exploração sexual;*
- *Investimento para compreender como os meios digitais podem estar mediando a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto das rodovias.*



À medida que avançamos no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, as formas pelas quais essa violência se manifesta também se transformam. Por isso, é fundamental seguir investindo na prevenção, na produção de conhecimento e na articulação entre diferentes setores da sociedade.

O fortalecimento de iniciativas como o Projeto MAPEAR, baseadas em dados, cooperação institucional e compromisso social, segue sendo fundamental. Esse esforço exige compromisso permanente, atuação intersetorial e ações orientadas por evidências capazes de subsidiar políticas públicas e ampliar a proteção de crianças e adolescentes em todo o país.

CHILDHOOD

PELA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA

FUNDADA POR S. M. RAINHA SILVIA DA SUÉCIA

Carta Institucional Coordinfância

MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 127 da Constituição da República, é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis nas relações de trabalho. Integra o Ministério Público da União e possui sua organização e atribuições definidas pela Lei Complementar nº 75/1993, atuando em favor da sociedade e do interesse público.

Para fortalecer o cumprimento de suas atribuições institucionais, o Ministério Público do Trabalho instituiu coordenadorias nacionais temáticas voltadas ao enfrentamento prioritário de relevantes violações de direitos. Nesse contexto, foi criada, no ano 2000, a Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – COORDINFÂNCIA –, responsável por articular estratégias institucionais destinadas à erradicação do trabalho infantil, à promoção da aprendizagem profissional e à proteção integral de crianças e adolescentes.

Entre as prioridades institucionais da COORDINFÂNCIA está o enfrentamento das piores formas de trabalho infantil, dentre as quais se insere a exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa atuação abrange ações preventivas, repressivas e reparatórias, em consonância com o compromisso assumido pelo Estado brasileiro de promover o trabalho decente e erradicar o trabalho infantil, conforme previsto na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é expressamente reconhecida como uma das piores formas de trabalho infantil pela Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho, adotada em 17 de junho de 1999 e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 3.597/2000. Nos termos do art. 3º, alínea “b”, dessa Convenção, constitui pior forma de trabalho infantil a utilização, o recrutamento ou a oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou participação em espetáculos pornográficos. Em âmbito nacional, o Decreto nº 6.481/2008, que instituiu a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), reafirma a exploração sexual como atividade absolutamente proibida a pessoas com menos de 18 anos.

Apesar da robusta proteção normativa existente, a exploração sexual infanto-adolescente ainda apresenta forte subnotificação e invisibilidade social, o que dificulta a produção de dados estatísticos padronizados e compromete a formulação de políticas públicas eficazes. Esse cenário exige atuação coordenada entre instituições públicas, organizações da sociedade civil e a rede de proteção, com foco na prevenção, na identificação dos casos, na notificação adequada e na implementação de fluxos de atendimento que assegurem proteção integral às vítimas.

Nesse contexto, o Projeto MAPEAR, desenvolvido pela Polícia Rodoviária Federal, constitui relevante instrumento de inteligência institucional para a identificação de pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras. O mapeamento periódico dessas áreas permite orientar ações preventivas, subsidiar operações repressivas e apoiar o monitoramento de políticas públicas destinadas à proteção de crianças e adolescentes, contribuindo para uma atuação mais qualificada e baseada em evidências.

O enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes também encontra novos desafios decorrentes do avanço das tecnologias digitais. Plataformas online, redes sociais e aplicativos de comunicação têm sido utilizados para aliciar vítimas, intermediar contatos e ampliar a circulação de material de exploração sexual. Essa realidade exige o aprimoramento das estratégias de prevenção, investigação e responsabilização, bem como o fortalecimento da cooperação entre instituições públicas, setor privado, sociedade civil e rede de proteção, de modo a assegurar que a proteção de crianças e adolescentes se estenda igualmente aos ambientes digitais.

Diante desse cenário, iniciativas como o Projeto MAPEAR demonstram a importância da atuação articulada entre instituições públicas e da produção de conhecimento qualificado sobre os contextos de vulnerabilidade. O Ministério Público do Trabalho, por meio da COORDINFÂNCIA, reafirma seu compromisso institucional com a erradicação do trabalho infantil e com a proteção integral de crianças e adolescentes, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e da rede de proteção. Somente com atuação integrada, contínua e baseada em dados será possível prevenir violações, responsabilizar exploradores e garantir a todas as crianças e adolescentes o direito a um desenvolvimento digno, seguro e livre de exploração.





MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania | SNDCA - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Garantir a proteção integral de crianças e adolescentes é compromisso estruturante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA). Esse compromisso se traduz na formulação e condução de políticas públicas que enfrentem, de maneira articulada e eficaz, todas as formas de violência que atingem meninas e meninos no Brasil. Entre essas violências, a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) constitui um dos desafios mais complexos e persistentes, requerendo ações contínuas, intersetoriais e baseadas em evidências.

Nesse cenário, o Projeto MAPEAR representa um marco fundamental para o fortalecimento das políticas de prevenção e enfrentamento à exploração sexual, em especial de crianças e adolescentes. Desenvolvido pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), em parceria com a Childhood Brasil, o MAPEAR identifica e registra pontos mapeados potenciais à ESCA nas rodovias federais brasileiras, permitindo que o Estado desenvolva respostas rápidas, integradas e orientadas pelos territórios, reafirmando o compromisso com a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Os dados produzidos pelo projeto vêm qualificando o planejamento das ações preventivas, contribuindo para o direcionamento de estratégias, operações e políticas públicas fundamentais para garantir a proteção de crianças e adolescentes nas estradas do país.

A atuação da SNDCA/MDHC no âmbito dessa agenda reafirma a importância da intersetorialidade como princípio estruturante da política pública de proteção. A articulação entre governo federal, forças de segurança, sociedade civil, sistema de garantia de direitos e órgãos de justiça potencializa a capacidade de prevenir, detectar e combater situações de exploração sexual. O MAPEAR demonstra, na prática, como a atuação conjunta amplia a efetividade das políticas e fortalece a construção de respostas integradas e territorializadas.

Os resultados obtidos pelo projeto evidenciam avanços importantes. O monitoramento periódico dos pontos mapeados permite identificar tendências, compreender transformações nos padrões de risco e apoiar iniciativas de fiscalização e prevenção

Além disso, as informações consolidadas fortalecem estados e municípios, que passam a contar com dados estratégicos para orientar suas políticas locais de enfrentamento à ESCA e seus fluxos de proteção. Com base nesse acúmulo e reconhecendo a relevância da metodologia, a SNDCA/MDHC tem realizado articulações institucionais para apoiar a ampliação do MAPEAR junto aos governos estaduais. Trata-se de uma agenda em construção, cujo objetivo é adaptar a metodologia para implementação pelas polícias rodoviárias estaduais, ampliando a área de atuação do projeto para as rodovias estaduais. Com isso, busca-se expandir a produção de dados sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA), possibilitando o fortalecimento e a ampliação das ações de enfrentamento a essa violência. Essas discussões seguem em desenvolvimento com os órgãos parceiros, buscando garantir que futuras iniciativas considerem as características dos territórios e fortaleçam a proteção de crianças e adolescentes brasileiros.

Paralelamente, o MDHC segue avançando em políticas e instrumentos complementares ao enfrentamento da violência sexual. A estruturação dos Centros de Atendimento Integrado, em consonância com a Lei nº 13.431/2017; o fortalecimento dos Conselhos Tutelares; a instalação da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual; a criação da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA); e a ampliação dos cursos de formação continuada para o Sistema de Garantia de Direitos são exemplos concretos de ações que reforçam a rede de proteção e ampliam a capacidade do Estado de prevenir e responder a situações de violência.

Ao reconhecer o papel estratégico do MAPEAR, a SNDCA/MDHC parabeniza e agradece à Polícia Rodoviária Federal, à Childhood Brasil, às equipes técnicas envolvidas, às instituições parceiras e a todas e todos que contribuíram para a consolidação desta edição. O esforço coletivo de coleta, atualização e análise dos dados representa uma entrega essencial para o país e reafirma o compromisso das instituições brasileiras com a proteção da infância e a promoção de um ambiente seguro para todas as crianças e adolescentes.

Reiteramos, assim, o compromisso do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em seguir fortalecendo, de maneira articulada, as políticas de enfrentamento à exploração sexual. Seguiremos atuando lado a lado com a PRF e demais parceiros, aprimorando estratégias, ampliando diálogos e consolidando políticas públicas, baseadas em evidências, que contribuam para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nosso propósito é comum e inegociável: garantir a cada criança e adolescente um futuro protegido, digno e livre de violência.



CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no exercício da sua missão constitucional de fortalecimento da instituição, tem buscado desenvolver iniciativas para o aperfeiçoamento e a otimização da atuação do Ministério Público e da rede de proteção a crianças e adolescentes.

Mirando nesse propósito, o CNMP, a partir de 2024, estabeleceu como prioridade a realização de ações integradas e destinadas a garantir o desenvolvimento saudável, seguro e pleno de nossas crianças, desde a primeira infância, as quais são desenvolvidas no âmbito do Projeto Primeiros Passos, reafirmando o seu compromisso institucional de estimular a atuação integrada do Ministério Público brasileiro nas ações voltadas à Primeira Infância, o qual restou consolidado como objetivo estratégico prioritário do CNMP.

O Projeto Primeiros Passos tem como premissa a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, consagrada pelo texto constitucional de 1988 e que preconiza o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida,



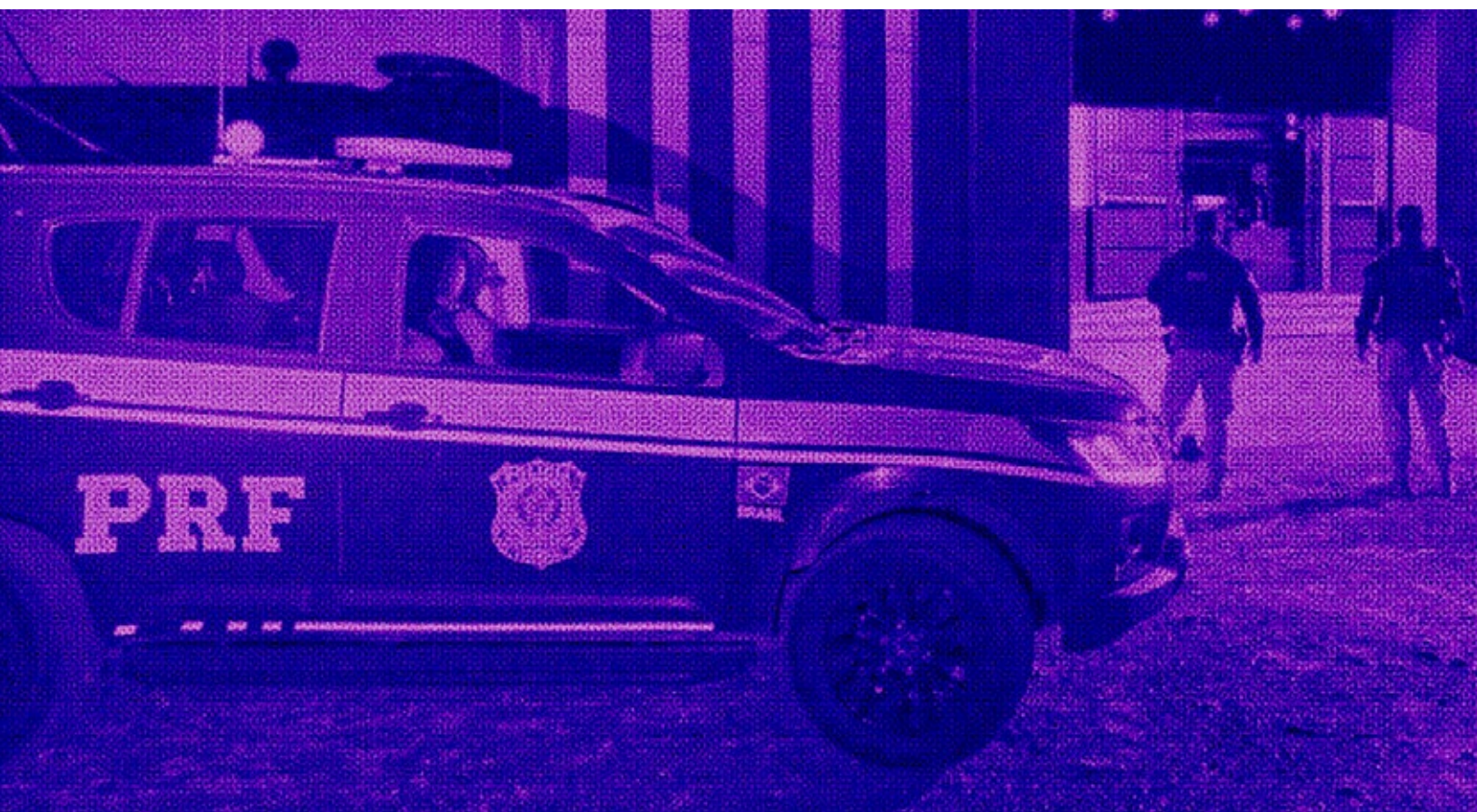
à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considera, ainda, o regramento infraconstitucional a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016) e a Lei da Escuta Protegida (Lei n. 13.431/2017), que reafirmam a doutrina da proteção integral e estabelecem o princípio da prioridade absoluta no que tange à proteção da infância e juventude.

A atuação integrada, entretanto, não se restringe a ramos e unidades do Ministério Público brasileiro mas alcança também instituições públicas e privadas, mediante a celebração de diversos instrumentos de cooperação que formalizam ações voltadas à proteção integral de crianças, adolescentes e jovens, a exemplo da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Pacto Nacional pela Educação e do Projeto Sede de Aprender, entre outras relevantes iniciativas.

Por tais razões, o Conselho Nacional do Ministério Público apoia com especial satisfação o Projeto MAPEAR, um projeto da Polícia Rodoviária Federal (PRF), em parceria com a Childhood Brasil, com o objetivo de identificar áreas, às margens das rodovias federais, com riscos associados a vulnerabilidades que podem facilitar a ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O registro de tais ocorrências em relatório bienal, disponível à sociedade, constitui um relevante instrumento para a estruturação e gestão de políticas públicas voltadas ao combate e prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes.





PRF

2.

Prefácio

Criada oficialmente pelo Decreto 18.323, de 24 de julho de 1928, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) firmou-se como uma instituição singular na segurança pública brasileira. O ato, assinado no governo de Washington Luís, estabelecia as normas de circulação nas primeiras rodovias federais — como a Rio-Petrópolis e a União e Indústria — e instituía a “Polícia das Estradas” para fiscalizá-las.

Embora os primeiros servidores da então Polícia das Estradas tenham sido designados somente em 1935, a vigilância das estradas federais remete a tempos ainda mais remotos. Registros de 1861, na inauguração da Estrada União e Indústria por Dom Pedro II, já mencionavam “guardas e sentinelas”. Segundo o cronista Revert Henrique Klumb, esses agentes controlavam o acesso e auxiliavam os viajantes no percurso de 144 km entre Petrópolis e Juiz de Fora — uma viagem que, na época, levava 12 horas.

Esses relatos históricos confirmam os depoimentos dos primeiros PRFs, dando conta de que, antes mesmo da criação oficial da instituição, é provável que esses “guardas e sentinelas” já atuassem na prestação de socorro e no atendimento a emergências na rodovia, auxiliando viajantes em casos de pane mecânicas, acidentes e outras situações de risco. Lançaram, portanto, as bases da Polícia Rodoviária Federal que conhecemos hoje: uma polícia alicerçada na proteção e na colaboração com a sociedade.

Foi essa mesma essência de cuidado que, décadas depois, por iniciativa de seus próprios policiais, levou a PRF ao desenvolvimento do MAPEAR. Preocupados com a exposição à exploração sexual de crianças e adolescentes em diversos pontos das rodovias federais, esses profissionais passaram a identificar e mapear essas áreas, além de realizar operações voltadas ao enfrentamento à ESCA.

Reconhecendo a importância dessa iniciativa, a então Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República passou a apoiar o Projeto, assim como a Childhood Brasil, parceira incansável, junto a diversas outras instituições públicas e privadas. Como resultado, ao longo de mais de 20 anos de execução, o MAPEAR consolidou-se como uma das experiências mais exitosas de policiamento preventivo no país, constituindo uma importante ferramenta indutora de políticas públicas.

Ao apresentarmos esta 11ª Edição do MAPEAR (Biênio 2025/2026), reafirmamos o compromisso histórico da PRF com a proteção da vida e a garantia dos direitos humanos em nossas rodovias.

“O MAPEAR consolidou-se
como uma das experiências
mais exitosas de policiamento
preventivo no país.”

3.

Resumo Executivo

O MAPEAR é uma iniciativa estratégica da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em parceria com a Childhood Brasil. O Projeto nasceu em 2003 como uma ação pioneira no enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) nas rodovias federais e, após duas décadas de evolução, vem se consolidando como uma bem-sucedida política pública de policiamento preventivo, utilizando metodologia auditável e certificada para produzir diagnósticos precisos sobre essa realidade no país.

Metodologia e Foco Operacional

O Projeto consiste na identificação e registro de locais com potencial de vulnerabilidade para os crimes de ESCA. Esses pontos correspondem a locais em que há fluxo de pessoas ao longo das rodovias. Os pontos são analisados a partir de características previamente definidas, associadas a fatores de vulnerabilidade, e classificados em quatro níveis de risco: baixo, médio, alto e crítico. É importante destacar que essa classificação não atesta a ocorrência do crime no local, mas identifica a presença de fatores que podem favorecê-lo.

O conhecimento gerado pelo Projeto permite à PRF planejar ações mais precisas e eficazes, focadas na proteção de crianças e adolescentes. A ESCA, caracterizada pela mercantilização do contato sexual, é uma grave violação de direitos humanos que exige atuação estruturada e contínua. Nesse contexto, o MAPEAR busca impedir a ocorrência do crime, contribuindo para tornar as rodovias federais ambientes mais seguros para crianças e adolescentes.

A capilaridade da PRF em todo o território nacional viabiliza a coleta de dados abrangentes e análises comparativas entre regiões e períodos. Os locais classificados como críticos e de alto risco são priorizados em operações, enquanto os de baixo e médio risco permanecem sob monitoramento contínuo para a identificação de mudanças de cenário ao longo das avaliações.

Panorama Nacional (Biênio 2025/2026)

Em 2025, o mapeamento identificou 13.758 pontos de interesse do Projeto MAPEAR nas rodovias federais. Em números absolutos, a região Nordeste concentra o maior volume (5.944), seguida pelo Sudeste (3.393), Sul (1.822), Norte (1.455) e Centro-Oeste (1.144). Entre os estados, destacam-se em volume total o Piauí (2.533), Minas Gerais (2.170) e Santa Catarina (928). Em relação à distribuição por zonas ao longo da malha viária, foram mapeados 8.973 pontos em Área Urbana (65,2%) e 4.785 pontos em Área Rural (34,8%).

Quanto à classificação de risco, a distribuição nacional apresenta:

BAIXO RISCO: 51,86%

MÉDIO RISCO: 31,35%

ALTO RISCO: 13,50%

CRÍTICO: 3,29%



Na comparação com o biênio anterior (2023/2024), houve uma redução nos índices mais graves: os pontos críticos caíram de 4,56% para 3,29%, e os de alto risco de 14,51% para 13,50%. Embora os percentuais indiquem estabilidade, a queda em números absolutos aponta para um impacto positivo das ações de prevenção.

Destaques em relação à criticidade

Em números absolutos, Minas Gerais registrou a maior quantidade de pontos críticos e de alto risco (283), seguido por Santa Catarina (215), Bahia (192), Rio de Janeiro (156) e São Paulo (136). Contudo, em termos percentuais, o estado de Rondônia, com 116 pontos mapeados, apresenta a maior proporção de pontos classificados como de alto risco e crítico, que juntos totalizam 37,07% dos pontos. Enquanto que o Piauí, mesmo tendo alto número total de pontos mapeados, apresentou 0,43% de pontos considerados críticos e 3,51% de alto risco, totalizando 3,94%, o menor índice.

Ações Operacionais e Inteligência

O mapeamento subsidia diretamente ações operacionais, com destaque para a Operação Domiduca, principal iniciativa da PRF no enfrentamento à ESCA. Além do caráter repressivo, a operação incorpora uma abordagem educativa, promovendo fiscalização qualificada, orientação e sensibilização social nos pontos priorizados.

Além disso, o Projeto conta com a participação ativa da Inteligência da PRF, que trabalha no refinamento dos dados e na identificação de novos cenários. Esse uso estratégico da inteligência permite orientar as ações preventivas e repressivas com maior precisão, fortalecendo a integração e a eficácia das intervenções em campo.

Inovação: MAPEAR 2.0

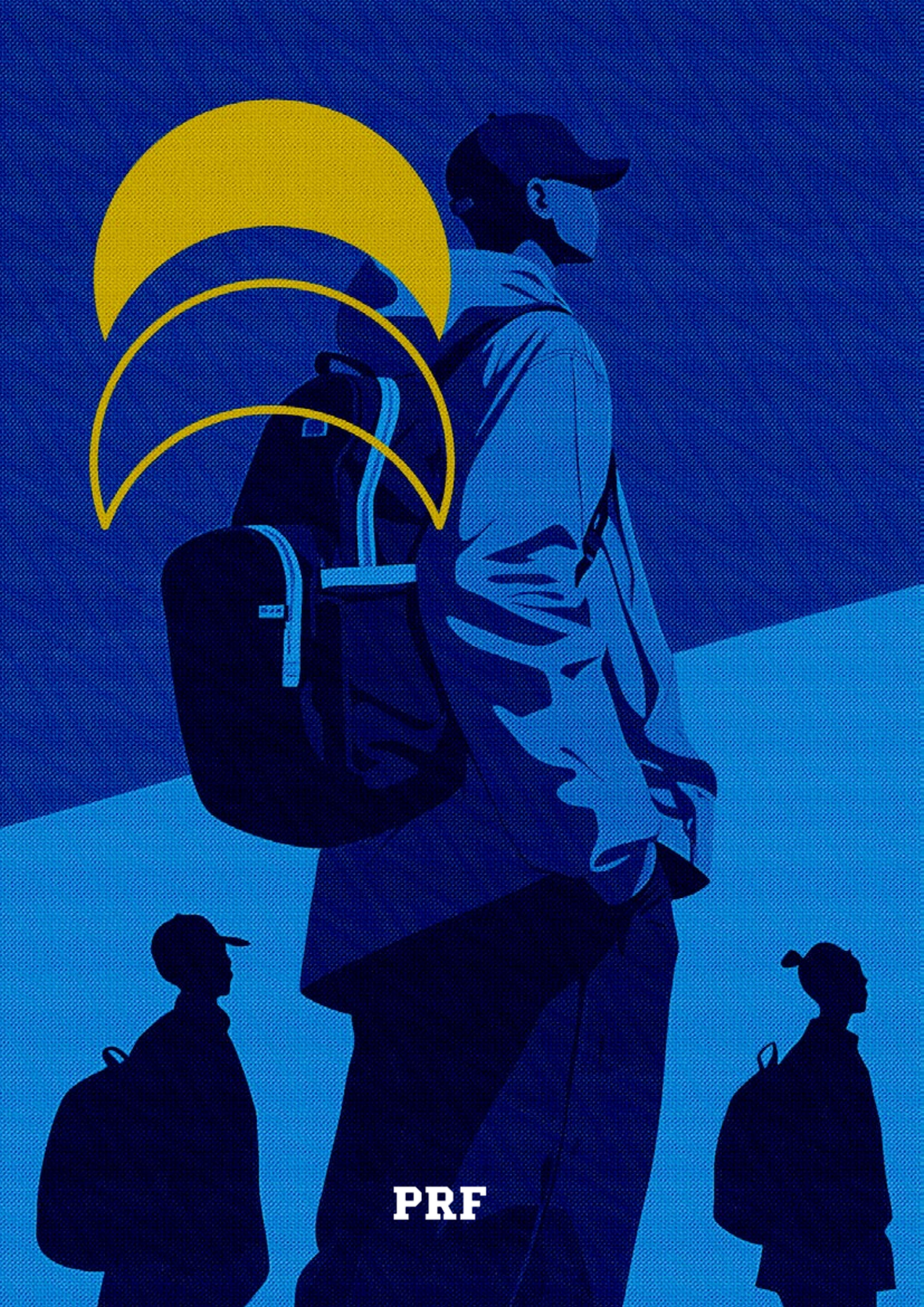
Para acompanhar as transformações sociais e tecnológicas, a PRF entregou, em abril de 2026, o projeto estratégico MAPEAR 2.0. Esta atualização busca promover um salto na qualidade das informações por meio de uma nova metodologia e da reformulação do questionário aplicado para coletar informações, gerando resultados ainda mais precisos.

As inovações já estão sendo implementadas e incluem o uso de novas tecnologias para o monitoramento de crimes. O projeto também propõe a transferência dessa metodologia para as Polícias Militares estaduais e a transição para um mapeamento anual, para que os dados relacionados à segurança pública estejam sempre atualizados.

Conclusão e Fortalecimento da Rede

A complexidade do enfrentamento à ESCA, associada às múltiplas fragilidades sociais, exige o fortalecimento contínuo das redes de proteção locais. O objetivo é retirar essa grave violação de direitos da invisibilidade e, simultaneamente, assegurar o compromisso de uma atuação integrada entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil.

A prevenção e o combate aos crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes não podem ocorrer de forma isolada. Somente a mobilização conjunta de diversos atores será capaz de promover mudanças significativas na vida das vítimas e de suas famílias. Essa atuação integrada permitirá identificar as necessidades das crianças e adolescentes resgatados, gerando informações qualificadas que orientem o aprimoramento das ações preventivas e a formulação de novas políticas públicas.



PRF

4.

Introdução

MAPEAR – Uma ferramenta de integração e transformação na proteção de crianças e adolescentes nas rodovias federais

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) exerce uma missão que ultrapassa o policiamento. Presente em um espaço estratégico que conecta pessoas e territórios, a instituição assume o papel fundamental de salvaguardar a dignidade humana. No caso de crianças e adolescentes, essa responsabilidade é regida pelo princípio da proteção integral e da prioridade absoluta.

Nesse cenário, o MAPEAR consolida-se como uma iniciativa estruturante de inteligência territorial. Mais do que um levantamento estatístico, o Projeto permite identificar, organizar e analisar pontos mapeados ao longo das rodovias federais. A partir da observação técnica em campo, o MAPEAR traduz a realidade das estradas em informações qualificadas, permitindo compreender onde a presença institucional é mais urgente.

Ao transformar informação em estratégia, a PRF antecipa cenários de risco e fortalece a prevenção, atuando para evitar que a violência se concretize. A ESCA é um fenômeno complexo e muitas vezes silencioso, manifestando-se tanto em centros urbanos quanto em pontos de parada isolados e regiões marcadas por desafios socioeconômicos.

Diante dessa realidade, o MAPEAR reforça o valor de uma atuação baseada em evidências. A prevenção deixa de ser genérica e passa a ser precisa, direcionando operações, campanhas educativas e o diálogo com a rede de proteção, orientando os recursos para onde a atuação é mais necessária. Assim, o projeto amplia a resposta do Estado e fortalece a vigilância comunitária.

Mais do que um diagnóstico, o MAPEAR representa um mecanismo de transformação. Ele conecta conhecimento e ação, mobiliza diferentes setores e reafirma que o enfrentamento da ESCA é uma responsabilidade compartilhada. Ao integrar esforços entre o poder público, o setor privado e a sociedade, o projeto fortalece a rede de proteção e amplia as garantias de um Brasil mais seguro para a infância e a juventude.

“Ao transformar informação em estratégia, a PRF antecipa cenários de risco e fortalece a prevenção, atuando para evitar que a violência se concretize.”

5.

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

A proteção de crianças e adolescentes constitui um imperativo jurídico, social e ético, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento e a necessidade de garantia integral de direitos. Trata-se de uma fase marcada por maior vulnerabilidade a diferentes formas de violência, especialmente em contextos onde há assimetria de poder e fragilidade de redes de proteção. Para que o desenvolvimento ocorra de forma plena, é essencial a existência de ambientes seguros, estruturados e capazes de prevenir situações de violação de direitos.

A violência pode ser compreendida como o uso de força física, intimidação moral ou abuso de poder para controlar, constringer ou ferir outra pessoa. Ela ocorre em diferentes contextos – familiares, sociais ou institucionais – e costuma estar associada a relações desiguais de poder, expressas em dinâmicas de dominação de gênero, classe, geração e etnia. Nesse cenário, crianças e adolescentes encontram-se em posição de maior exposição ao risco, tanto pela dependência em relação a adultos quanto pela limitação de mecanismos de defesa e denúncia.

Entre as diferentes formas de violência, a violência sexual se destaca por seu caráter invasivo e pelos danos profundos que causa às vítimas. Ela envolve o abuso de poder, no qual crianças e adolescentes são utilizados para a satisfação sexual de adultos ou pessoas mais velhas que a vítima, sendo induzidos ou forçados a práticas sexuais. A violência sexual se manifesta na forma de abuso ou exploração.

O abuso sexual compreende qualquer ato de natureza ou conotação sexual em que adultos submetem menores de idade a situações de estimulação ou satisfação sexual, seja por meio de força física, ameaça, manipulação ou sedução. Já a exploração sexual envolve uma relação de mercantilização, em que o sexo se torna objeto de troca – financeira ou por meio de favores, bens ou presentes. Pode envolver intermediários, como aliciadores, ou ocorrer diretamente entre o explorador e a vítima. Situações como o tráfico de pessoas para fins sexuais e a produção de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes também fazem parte dessa categoria.

Nos últimos anos, a violência sexual contra crianças e adolescentes também tem se expandido no ambiente digital. A internet e as redes sociais, embora ofereçam oportunidades de aprendizagem e interação, podem ser utilizadas por agressores para aliciar, manipular e explorar meninas e meninos. Práticas como o aliciamento online (grooming), a circulação de imagens íntimas e a produção e disseminação de material de abuso sexual evidenciam como os espaços digitais se tornaram um novo campo de risco, que exige atenção e estratégias específicas de proteção.

Essas diferentes formas de violência violam direitos humanos fundamentais e provocam danos profundos ao desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes, afetando não apenas suas trajetórias individuais, mas também a coletividade. As consequências podem ser graves e duradouras, incluindo maior risco de infecções sexualmente transmissíveis (IST), uso de substâncias psicoativas, abandono escolar, gravidez indesejada e problemas de saúde mental, como depressão ou tentativas de suicídio.

Embora a pobreza seja frequentemente apontada como um fator associado a essas violências, a exploração sexual ocorre em diferentes contextos sociais e não pode ser explicada por uma única causa. Trata-se de um fenômeno complexo, influenciado por fatores culturais – como o machismo e a erotização precoce de crianças na mídia –, sociais – como a valorização excessiva do consumo – e econômicos, como a desigualdade social.

Proteger crianças e adolescentes contra a violência sexual é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade. Envolve um conjunto de ações que vão desde a produção de dados e conhecimento sobre o problema até estratégias de prevenção, acolhimento das vítimas e responsabilização dos agressores. Trata-se de um desafio coletivo que exige atuação contínua e articulada.

Nesse sentido, algumas estratégias são fundamentais para reduzir riscos e fortalecer a proteção. Uma delas é a criação de ambientes de confiança, nos quais crianças e adolescentes se sintam seguros para falar e serem ouvidos. Isso implica acompanhar suas relações e interações, tanto presenciais quanto online. Pais, responsáveis e educadores devem conhecer as pessoas com quem meninas e meninos convivem, manter diálogo aberto e orientar sobre comportamentos seguros.

Também é essencial garantir a aplicação da Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/2017), que institui o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Seu principal objetivo é evitar a revitimização, estabelecendo procedimentos como a Escuta Especializada e o Depoimento Especial, conduzidos por profissionais capacitados.

O ambiente digital merece a mesma atenção, diante da facilidade de contato com desconhecidos e da rápida circulação de conteúdos impróprios ou potencialmente prejudiciais. O crescimento das violências contra crianças e adolescentes nesses espaços reforça a necessidade de fortalecer mecanismos de proteção também no meio online. Nesse contexto, surgem iniciativas relevantes, como a chamada Lei do ECA Digital (Lei 15.211/25), que busca ampliar a proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual. No entanto, para que medidas como essa produzam mudanças concretas, é fundamental o compromisso conjunto de governos, instituições públicas e privadas, empresas de tecnologia, educadores, famílias e da sociedade em geral.

Do ponto de vista da autoproteção, a educação sexual adequada a cada faixa etária é um elemento-chave para prevenir situações de violência. Ao aprender sobre o próprio corpo, limites pessoais e o conceito de consentimento, crianças e adolescentes passam a reconhecer comportamentos inadequados com maior clareza. Também é importante que saibam que podem procurar um adulto de confiança sempre que se sentirem inseguros ou desconfortáveis.

Apesar dos avanços na legislação e no aumento das campanhas de sensibilização sobre essas formas de violência, a subnotificação ainda representa um grande desafio. Muitos casos não chegam ao conhecimento das autoridades, o que reforça a necessidade de ampliar a sensibilização social e fortalecer os canais de denúncia e acolhimento. Nesse sentido, o Projeto MAPEAR constitui uma iniciativa importante para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais, ao identificar pontos potenciais a ocorrência desse crime e reforçar a importância de ações baseadas em dados para orientar políticas públicas e estratégias de prevenção.

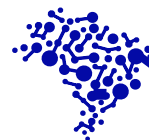
Proteger crianças e adolescentes de todas as formas de violência sexual exige ações coordenadas e permanentes, bem como conhecimento sobre os diferentes contextos nos quais essas violências se manifestam. A criação de ambientes seguros, o fortalecimento e a integração de políticas de proteção, a produção de dados consistentes, a sensibilização e a implementação de iniciativas voltadas à segurança digital são passos essenciais nesse processo. A partir do compromisso articulado entre família, escola, comunidade, setor privado e poder público será possível garantir ambientes – físicos e digitais – mais seguros, dignos e livres de violência sexual para todas as crianças e adolescentes.

6.

Histórico e Evolução do Mapeamento nas Rodovias Federais Brasileiras

Criado em 2003, o Projeto MAPEAR teve sua primeira edição no biênio 2004/2005. Nesta edição, foram identificados **844 pontos de risco potencial à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA)**. Desde então, o Projeto expandiu sua abrangência e refinou seus métodos, consolidando-se como referência nacional.

O Projeto seguiu evoluindo a cada edição, alcançando um novo patamar em 2009, ano que representou um marco decisivo em sua trajetória: o início da parceria estratégica com a Childhood Brasil. Essa união introduziu uma nova metodologia que trouxe mais objetividade ao levantamento e estabeleceu, pela primeira vez, a classificação dos locais por níveis de criticidade.



Acompanhe os marcos das edições mais recentes:

2013-2014

5^ª EDIÇÃO

A 5ª Edição foi fortalecida pela parceria com o Ministério Público do Trabalho, por meio da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes. Foram mapeados 1.969 pontos, sendo 566 considerados críticos, 538 de alto risco, 555 de médio risco e 310 de baixo risco para ESCA.

2015-2016

6^ª EDIÇÃO

Na 6ª edição, mesmo com o foco institucional voltado aos grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), a PRF manteve o compromisso com a causa. O período foi marcado pela inovação tecnológica com o desenvolvimento de um aplicativo próprio para otimizar a coleta de dados.

2017-2018

7^ª EDIÇÃO

A 7ª Edição consolidou o uso de dispositivos móveis em campo. A grande inovação foi a inclusão do indicador “pessoas alcançadas” em ações educativas. Dos 2.462 pontos mapeados, 438 foram considerados críticos, 581 de alto risco, 706 de médio risco e 737 de baixo risco.

2019-2020

8^ª EDIÇÃO

A 8ª Edição contou com o apoio da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), integrando conhecimentos sobre o Tráfico de Pessoas. O período registrou a quinta redução consecutiva na proporção de pontos críticos desde 2009, alcançando um total de 3.633 pontos mapeados, dos quais 475 foram classificados como críticos, 894 de alto risco, 1.220 de médio risco e 1.044 de baixo risco.

2021-2022

9^ª EDIÇÃO

A 9ª Edição mobilizou toda a estrutura de Inteligência e Operações das 27 Superintendências da PRF. Com uma fiscalização mais capilarizada, o mapeamento saltou para 9.653 pontos mapeados, dos quais 637 foram classificados como críticos, 1.878 como de alto risco, 3.232 como de médio risco e 3.906 como de baixo risco.

2023-2024

10^ª EDIÇÃO

A 10ª edição elevou o MAPEAR ao status de projeto estratégico da PRF, iniciando a transição para a versão 2.0, com foco em alta tecnologia e enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O período atingiu a marca de 17.687 pontos mapeados. A proporção de pontos críticos caiu de 6,60% para 4,56%. Do total mapeado, 807 foram classificados como críticos, 2.566 como de alto risco, 5.237 como de médio risco e 9.077 como de baixo risco.

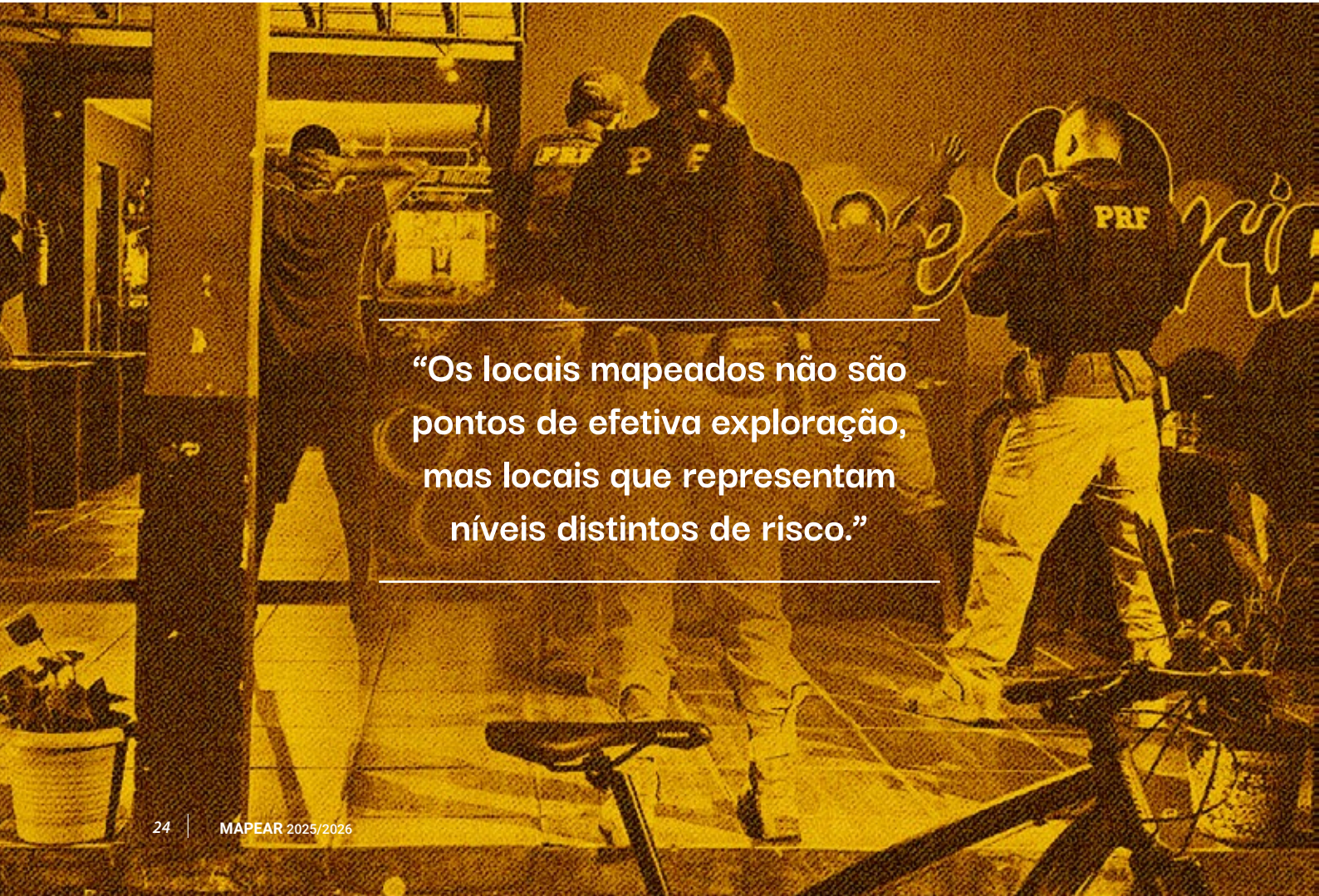
7.

Metodologia de Trabalho

O Projeto MAPEAR consolidou-se como um instrumento multidimensional, estruturado nos eixos de levantamento, educação, prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA).

O levantamento de dados ocorre de forma bienal, por meio de operações coordenadas em que equipes da Polícia Rodoviária Federal percorrem toda a extensão da malha rodoviária federal. O objetivo é identificar locais que ofereçam algum tipo de risco à ESCA. Geralmente estabelecimentos com fluxo de pessoas – como postos de combustíveis, restaurantes, oficinas e hospedagens – e avaliar, com base em critérios técnicos, a probabilidade de violações de direitos nesses locais.

É fundamental reiterar que os locais mapeados no levantamento não são pontos de efetiva exploração sexual de crianças e adolescentes, mas locais que, por suas características, representam níveis distintos de risco para a ocorrência de ESCA. Identificar onde esse risco é maior permite que a instituição avance com precisão para as fases seguintes: a educação preventiva e a fiscalização qualificada, visando sempre a segurança da infância e juventude nas rodovias.



“Os locais mapeados não são pontos de efetiva exploração, mas locais que representam níveis distintos de risco.”



O MAPEAR na Prática: Etapas do Levantamento

A execução do Projeto segue um protocolo estruturado para garantir a confiabilidade dos dados:

Fase 1 – Capacitação e Multiplicação:

O processo inicia-se com a designação de policiais das áreas operacional, de inteligência e dos Escritórios de Direitos Humanos em cada Superintendência. Estes agentes atuam como multiplicadores, recebendo treinamento especializado que aborda tópicos como o histórico do MAPEAR, violações de direitos de crianças e adolescentes, vulnerabilidades a que estão expostos, legislação pertinente e como executar as operações.

Fase 2 – Coleta de Dados em Campo:

Durante o período de operação, as equipes percorrem suas respectivas circunscrições rodoviárias. Utilizando o Aplicativo MAPEAR, os policiais cadastram os pontos de circulação e acúmulo de pessoas e registram variáveis específicas que fundamentarão a análise de criticidade de cada local.

Fase 3 – Classificação de Risco e Consolidação:

Após o levantamento, é atribuído a cada ponto um nível de criticidade baseado em suas características geográficas e sociais. Os resultados são consolidados em painéis interativos (Business Intelligence), que permitem análises estratégicas, cruzamentos de dados e o direcionamento assertivo dos recursos operacionais.

8.

Resultados

Os resultados deste capítulo refletem a evolução do MAPEAR para enfrentar os novos desafios da sociedade. Mais do que um mapeamento, o Projeto adaptou-se para responder a crimes complexos que hoje se conectam à ESCA – como o tráfico de pessoas, assim como sua relação com o mundo digital e o impacto dessas mudanças ao longo das rodovias federais.

Nesta edição de 2025/2026, a análise correlaciona os dados do MAPEAR com o estudo 'O Perfil do Caminhoneiro Brasileiro' (5ª edição, 2025), realizado pela Childhood Brasil.

Prezando pelo compromisso com o aperfeiçoamento do Projeto, a PRF fez de 2025 um ano de profunda revisão metodológica. Esse esforço contínuo buscou ampliar a eficácia do mapeamento por meio da integração de soluções digitais e de abordagens interdisciplinares mais robustas.

8.1 Caracterização geral dos pontos

O diagnóstico dos pontos mapeados integra a natureza econômica dos locais (postos, paradas e comércios) a indicadores operacionais como iluminação, fluxo de carga e incidência de prostituição de adultos. Os dados levantados revelam uma mudança relevante no padrão de vulnerabilidade observado ao longo do tempo.

A vulnerabilidade não se restringe a locais isolados:

84,68% das avaliações indicaram que os pontos possuem iluminação, índice que sobe para **89,7%** nos pontos classificados como **críticos** e de **alto risco**.

Esse achado sugere uma reconfiguração do cenário da exploração sexual nas rodovias, indicando que os locais de maior risco passaram a se concentrar em ambientes com maior circulação de pessoas e melhor visibilidade.

Uma das hipóteses para essa mudança, alinhada a estudos recentes na área, é que a dinâmica do crime esteja sendo influenciada pela necessidade de segurança dos próprios exploradores, que tendem a evitar áreas isoladas devido ao risco de assaltos ou outras ocorrências, migrando para locais mais iluminados e movimentados.

Dessa forma, o risco pode estar deixando de estar associado prioritariamente à ocultação do crime, e se manifestando também em contextos de aparente normalidade, o que reforça a necessidade de abordagens analíticas mais refinadas para sua identificação.



Quanto à dinâmica de exploração, foram identificadas **adultos em situação de prostituição** em apenas **11,82%** das avaliações, sinalizando uma mudança no *modus operandi* tradicional à beira das rodovias. Em contrapartida, a **presença de veículos de carga** em **58,5%** das avaliações ratifica que a **atuação junto aos profissionais do transporte** permanece como o **pilar estratégico** e fundamental para as ações de conscientização e combate à ESCA.

8.2 Análise crítica e comparativa com biênios anteriores

Em 2025, o levantamento mapeou **13.758 pontos**, sendo **452 Críticos (3,29%)** e **1.858 de Alto Risco (13,50%)**. O restante divide-se entre **Médio Risco (31,35%)** e **Baixo Risco (51,86%)**.

Tabela Comparativa de resultados por biênio

TABELA 1 - TABELA COMPARATIVA DOS RESULTADOS POR BIÊNIO

	2017		2019		2021		2023		2025	
Baixo Risco	746	30.10%	1050	28.80%	3928	40.50%	9077	51.32%	7135	51.86%
Médio Risco	712	28.70%	1225	33.60%	3239	33.40%	5237	29.61%	4313	31.35%
Alto Risco	582	23.50%	895	24.60%	1883	19.40%	2566	14.51%	1858	13.50%
Crítico	438	17.70%	475	13.00%	637	6.60%	807	4.56%	452	3.29%
Total	2478		3645		9687		17687		13758	

Os índices demonstram uma queda na criticidade dos locais avaliados: **os pontos críticos recuaram de 4,56% para 3,29%**, e os **de alto risco de 14,51% para 13,50%**. Essa redução é acompanhada por uma forma mais refinada de apuração, fruto do aprimoramento metodológico e do uso de georreferenciamento de precisão, o que permite um diagnóstico cada vez mais rigoroso da realidade em campo.

O Impacto do Cenário Digital

Socialmente, a ESCA ganhou novos contornos com a expansão digital. Redes sociais e aplicativos facilitam o aliciamento e o consumo de conteúdos sexuais sob um suposto anonimato, alterando a dinâmica tradicional nas rodovias. Esta mudança reflete-se na **visibilidade da prostituição de adultos**, identificada em apenas **11,82% dos pontos em 2025 (contra 12,59% no biênio anterior)**. A pesquisa “O Perfil do Caminhoneiro Brasileiro” da Childhood Brasil (2025) ratifica essa percepção ao destacar que a oferta de sexo está diminuindo, “ao menos de modo visível”.

Contudo, uma menor visibilidade física não indica a extinção do problema. A mesma pesquisa aponta que **54% dos caminhoneiros** ainda afirmam ser **comum presenciar a exploração de crianças e adolescentes**. Um profissional de 44 anos, em Paranaguá, sintetiza: “*Com essa internet você acha menina menor em qualquer lugar. Não é mais aquilo de ficar na beira da pista*”.

Os dados corroboram essa complexidade: entre os participantes que receberam ofertas de exploração sexual, 9,5% às acessam via internet. Relatos de exposição passiva rapidamente replicada em grupos de mensagens reforçam que o ambiente digital ampliou o acesso ao crime a qualquer tempo e lugar.

Conclui-se que, embora a presença explícita de vítimas à beira das rodovias tenha reduzido, o fenômeno da ESCA tornou-se mais complexo e fluido. A persistência de 452 pontos críticos confirma que a vulnerabilidade física permanece um desafio real, exigindo que a PRF mantenha uma presença constante e estratégias de inteligência cada vez mais sofisticadas.

“Redes sociais e aplicativos facilitam o aliciamento sob um suposto anonimato.”





Análise do Volume de Mapeamento

GRÁFICO 1 - BRASIL 2023/2024

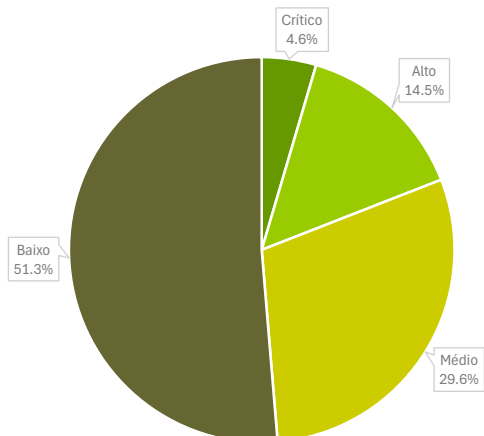
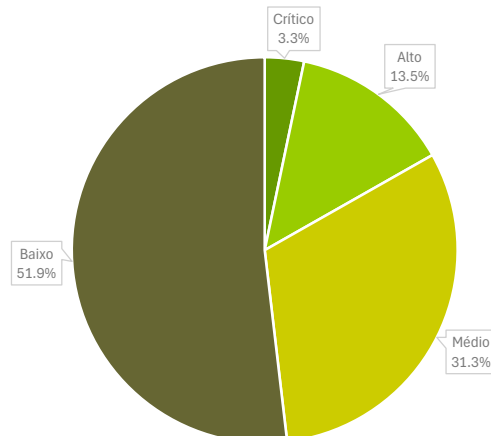


GRÁFICO 2 - BRASIL 2025/2026

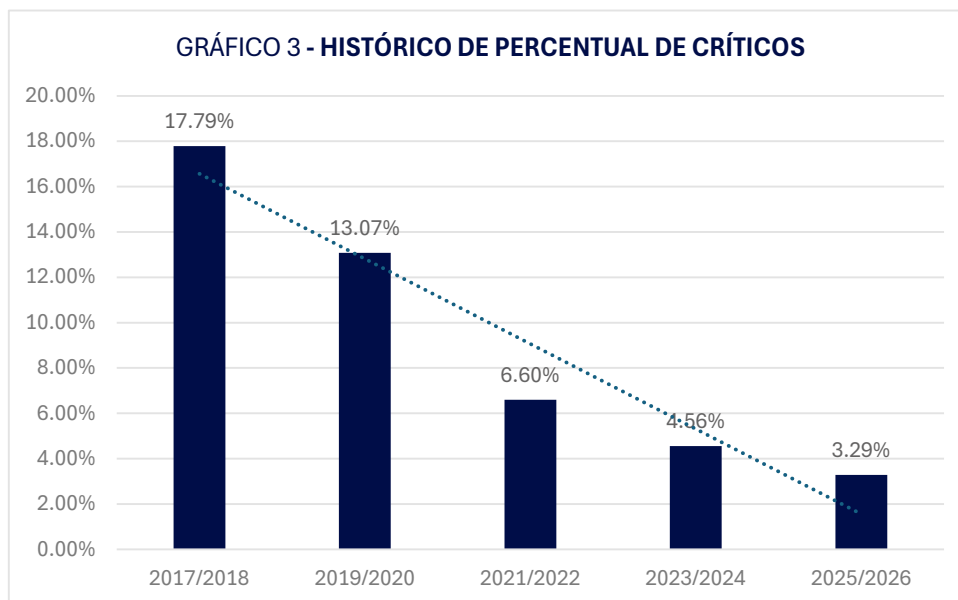


O biênio 2025/2026 apresentou o total de **13.758** mapeados, com uma **redução nos índices de alto risco e críticos**.

No mesmo período, ocorreu ainda um **aumento nos níveis de baixo e médio risco**, que agora respondem por **83,21% do diagnóstico nacional**. Esses dados refletem a eficiência das ações contínuas nas rodovias, permitindo que a atuação policial se concentre prioritariamente no fortalecimento da prevenção e na manutenção da vigilância sobre essas áreas.

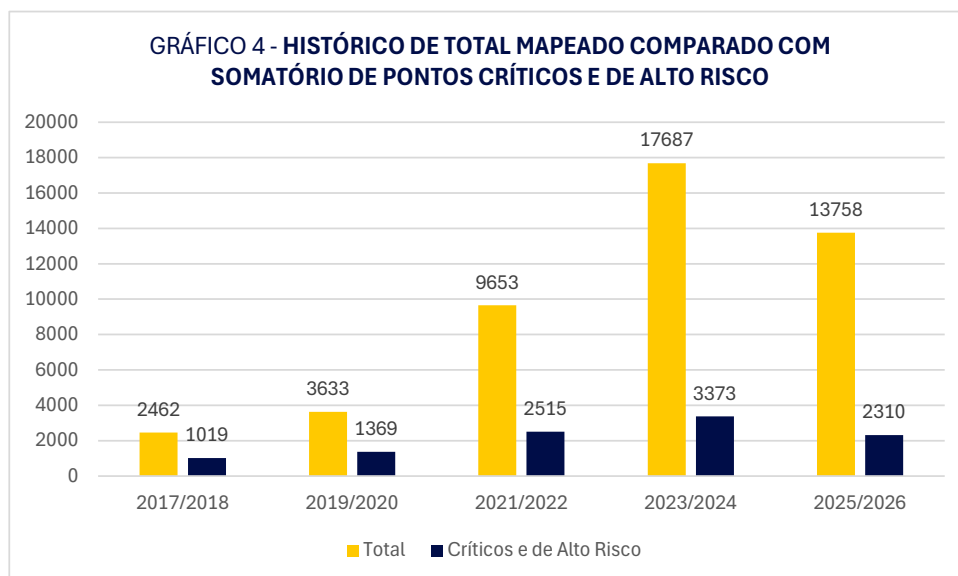
Análise da Série Histórica

GRÁFICO 3 - HISTÓRICO DE PERCENTUAL DE CRÍTICOS



O biênio 2025/2026 registrou 452 pontos críticos (3,29%), mantendo a tendência de queda observada na última década. Essa retração contínua reflete o impacto da presença policial estratégica aliado ao apoio e ao trabalho integrado dos órgãos parceiros no enfrentamento à ESCA

Análise Comparativa de Criticidade



Os dados do gráfico 4 confirmam a continuidade na redução dos indicadores de maior gravidade. Na edição anterior (2023/2024), a **soma dos pontos críticos e de alto risco** representava **19,07% do total mapeado**. No biênio 2025/2026, esse somatório recuou para **16,79%**, consolidando a trajetória de queda gradual observada nos últimos levantamentos.

8.3 ANÁLISE POR REGIÕES

Passamos a apresentar o comparativo dos resultados entre as duas últimas edições do Projeto MAPEAR, detalhando as dinâmicas locais por região.



REGIÃO NORTE

GRÁFICO 5 - NORTE 2023/2024

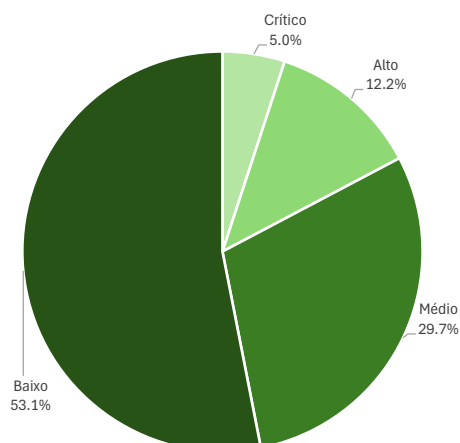
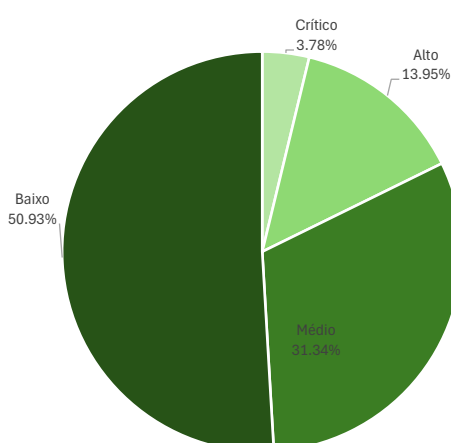


GRÁFICO 6 - NORTE 2025/2026



A Região Norte manteve a tendência de redução nos indicadores de maior gravidade: os **pontos críticos recuaram de 5,03% (2023/2024) para 3,78% (2025/2026)**. Em contrapartida, os **pontos de alto risco registraram um aumento de 12,24% para 13,95%**.



A soma desses dois indicadores situa a região levemente acima da média nacional. Observa-se uma migração de pontos anteriormente classificados como críticos para as categorias de risco médio e alto, sugerindo uma redução gradual na severidade dos locais monitorados.

Geograficamente, a região apresenta desafios logísticos particulares. Embora possua uma malha rodoviária menos densa e forte presença do modal hidroviário, o transporte terrestre permanece preponderante, com estados como Rondônia e Tocantins registrando percentuais de criticidade superiores à média nacional. Essa complexidade é reforçada por relatos de profissionais do transporte, que mencionam a vulnerabilidade de crianças e adolescentes atuando no comércio informal em pontos de parada, o que facilita o contato e a exposição ao risco de exploração sexual.



REGIÃO NORDESTE

GRÁFICO 7 - NORDESTE 2023/2024

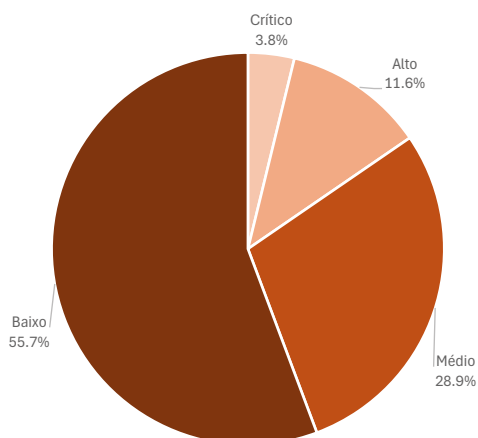
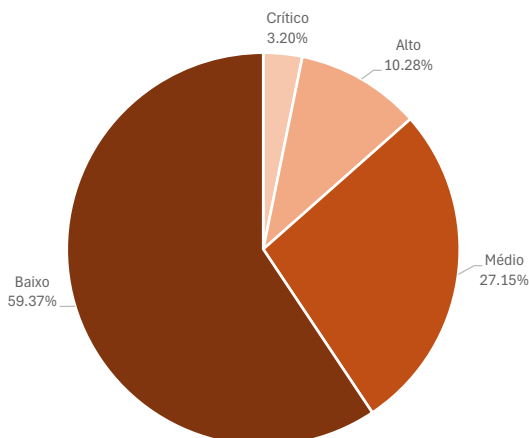


GRÁFICO 8 - NORDESTE 2025/2026



A Região Nordeste registrou uma **redução nos pontos críticos**, que passaram de **3,81% para 3,20%**, mantendo o indicador abaixo da média nacional. O levantamento também aponta que o Nordeste possui o **maior percentual de pontos de baixo risco do país**, com **59,37%** dos locais mapeados nesta categoria.

Quanto aos **pontos de alto risco**, houve um **reclamação de 11,61% para 10,28%** – resultado que também se posiciona abaixo da média nacional de **13,50%**.

Em uma perspectiva histórica das últimas três edições do Projeto, a região sustenta uma trajetória de queda nos indicadores de maior gravidade, com **redução de 5,66% para 3,20% nos pontos críticos** e de **16,64% para 10,28% nos pontos de alto risco**.



REGIÃO CENTRO-OESTE

GRÁFICO 9 - CENTRO-OESTE 2023/2024

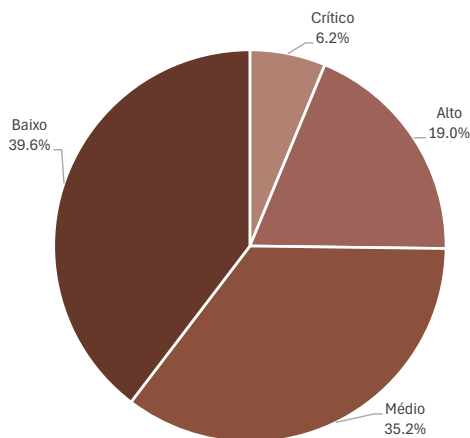
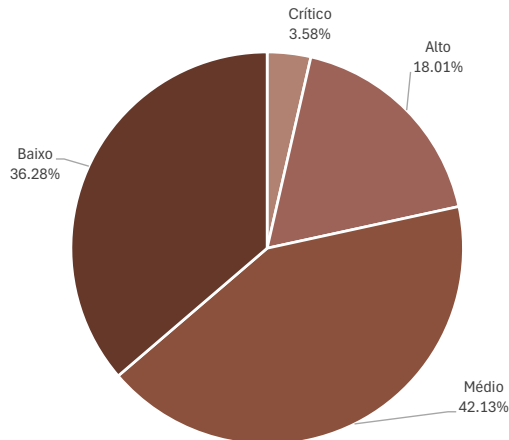


GRÁFICO 10 - CENTRO-OESTE 2025/2026



A Região Centro-Oeste caracteriza-se por sua relevância na produção e exportação de grãos, o que estabelece corredores logísticos com intensa circulação de veículos pesados. Nesse cenário, o mapeamento atual registrou uma **redução no percentual de pontos críticos**, que **recuaram de 6,24% para 3,58%**. Os **pontos de alto risco** também apresentaram **declínio**, passando de **18,99% para 18,01%**.

Quanto às demais categorias, os pontos de risco médio e baixo representam, respectivamente, **42,13% e 36,28%** dos registros na região. A variação desses índices reforça a tendência de queda na severidade dos pontos mapeados.



REGIÃO SUDESTE

GRÁFICO 11 - SUDESTE 2023/2024

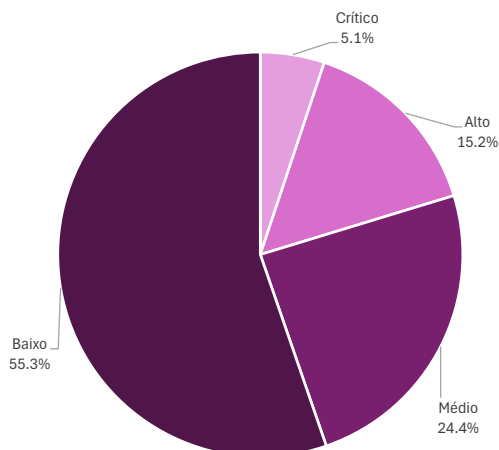
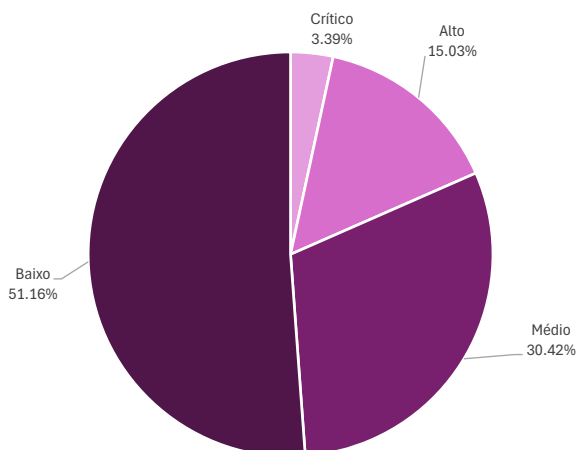


GRÁFICO 12 - SUDESTE 2025/2026



A Região Sudeste registrou redução nos indicadores de **pontos críticos**, com **recuo de 5,12% para 3,39%**. Já os pontos de alto risco tiveram estabilidade, com discreta **redução de 15,18% para 15,03%**. O **somatório** dessas duas categorias prioritárias totalizou **18,42% no biênio atual**, consolidando uma queda em relação aos 20,30% registrados no período anterior (2023/2024).

Quanto às demais classificações, os **pontos de baixo risco** representam **51,16%** do mapeamento regional, enquanto o **risco médio** responde por **30,42%**. Observa-se que certas extensões rodoviárias da região já concentram uma maioria expressiva de pontos com baixa criticidade.



REGIÃO SUL

GRÁFICO 13 - SUL 2023/2024

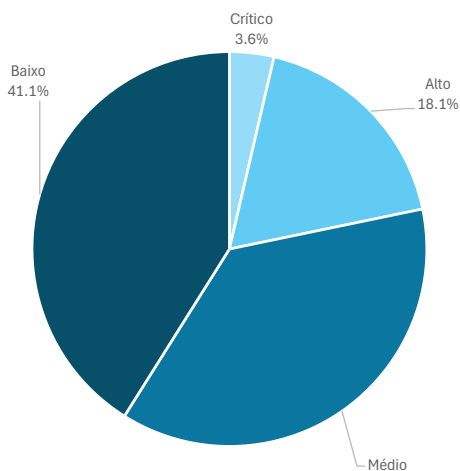
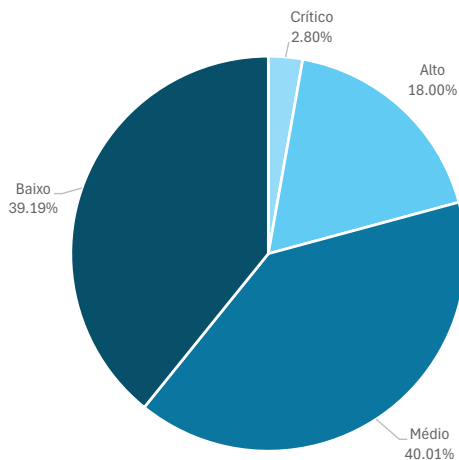


GRÁFICO 14 - SUL 2025/2026



A Região Sul apresenta consistência nos indicadores de queda, mantendo a trajetória observada nos levantamentos anteriores. O percentual de **pontos críticos** recuou de **3,64%** para **2,80%** no biênio atual, enquanto os **pontos de alto risco** estabilizaram-se em **18,00%**.

Entre os Estados da região, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul apresentam, nesta ordem, os maiores volumes de pontos classificados como de baixo risco, perfil que se mantém em relação ao biênio 2023/2024.



8.4 ANÁLISE POR UNIDADES FEDERATIVAS (UF)

TABELA 2 - COMPARATIVO DE PONTOS CRÍTICOS E DE ALTO RISCO POR ESTADO

UF	Biênio - 2023/2024			Biênio - 2025/2026		
	Total	Críticos	Alto Risco	Total	Críticos	Alto Risco
AC	222	0	12	88	3	4
AL	305	6	63	223	2	21
AM	69	5	11	120	2	19
AP	107	5	13	87	2	11
BA	964	41	152	809	65	127
CE	498	73	102	274	32	52
DF	41	6	10	45	1	6
ES	236	21	64	150	10	40
GO	794	59	125	367	17	84
MA	558	35	60	487	24	93
MG	3581	111	388	2170	46	237
MS	750	25	155	445	10	64
MT	625	48	129	287	13	52
PA	711	41	79	694	12	102
PB	359	29	54	346	11	43
PE	812	31	104	782	31	115
PI	2496	19	142	2533	11	89
PR	485	30	82	377	3	45
RJ	873	77	213	603	30	126
RN	287	3	21	362	4	49
RO	221	20	35	116	17	26
RR	70	1	20	252	9	21
RS	656	33	134	517	23	93
SC	1333	27	232	928	25	190
SE	253	12	61	128	10	22
SP	351	49	100	470	29	107
TO	30	0	5	98	10	20
Total	17687	807	2566	13758	452	1858

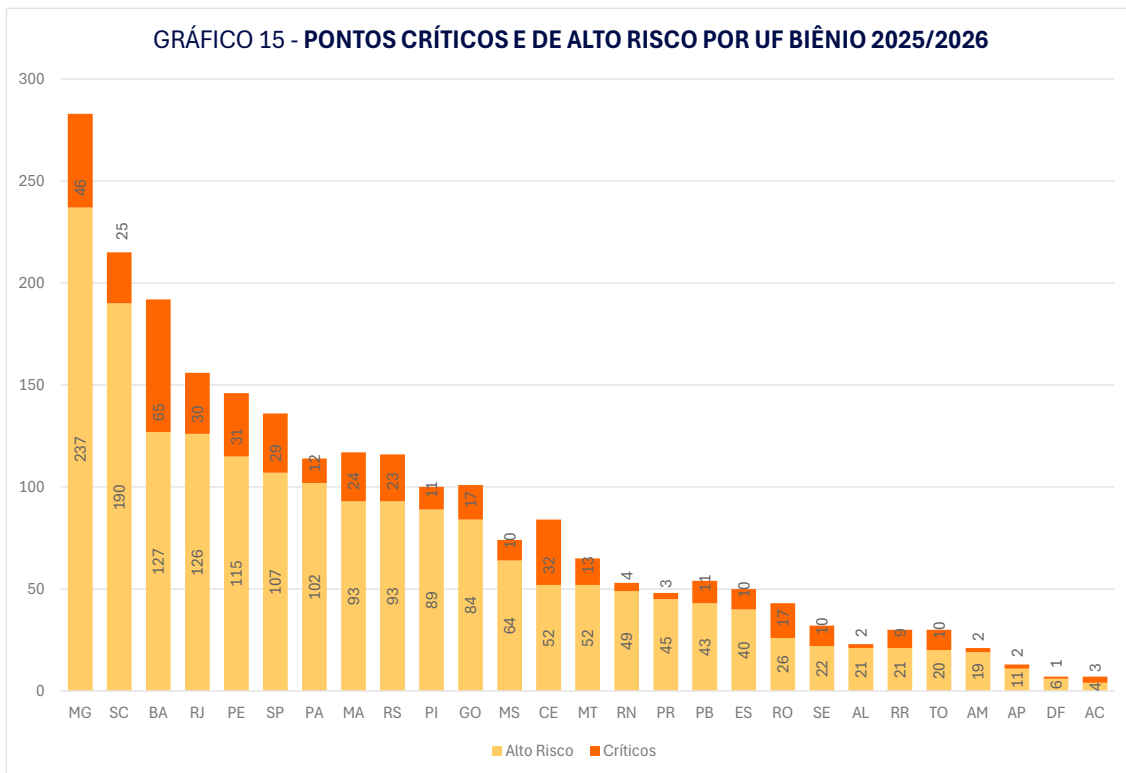
Ao observar os números mapeados, destacam-se em volume total o Piauí com 2.533 pontos, Minas Gerais com 2.170, Santa Catarina com 928, Bahia com 809, Pernambuco com 782 e Pará com o total de 694 pontos mapeados.

Neste contexto é possível observar que o nordeste apresentou o maior número de estados entre os cinco primeiros, com a presença do Piauí, Bahia e Pernambuco.

Em relação aos estados com o menor número de pontos totais mapeados, observa-se Rondônia com 116 pontos, Tocantins com 98, Acre com 88, Amapá com 87 e Distrito Federal com um total de 45 pontos mapeados.



Análise de Criticidade e Risco por Unidade Federativa



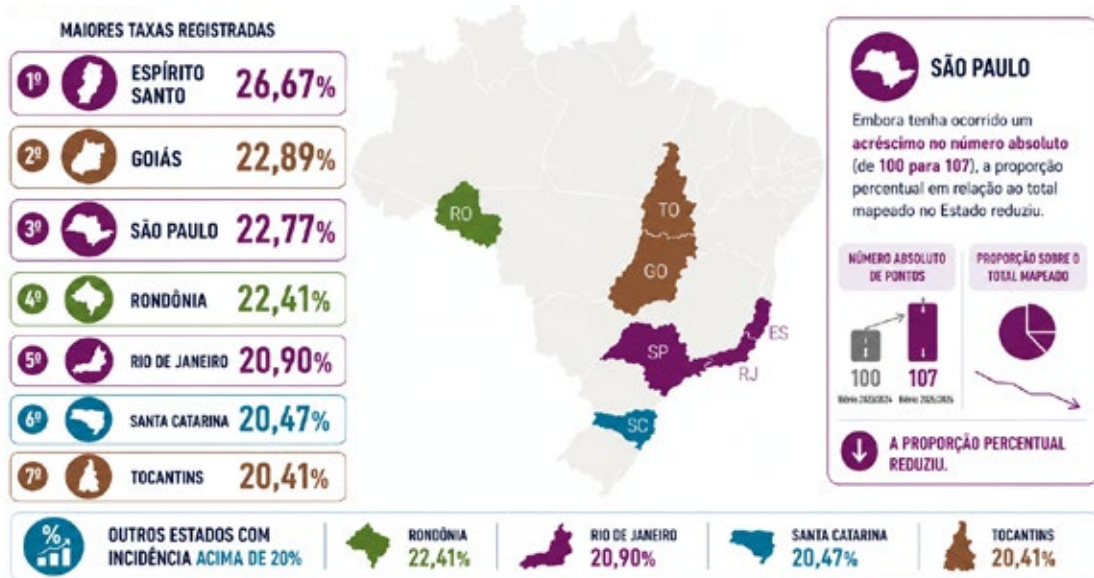
Pontos de Alto Risco: Panorama por Estado

Em termos absolutos, considerando os **pontos de alto risco**, Minas Gerais registra o maior quantitativo (234 pontos), seguido por Santa Catarina (190 pontos).



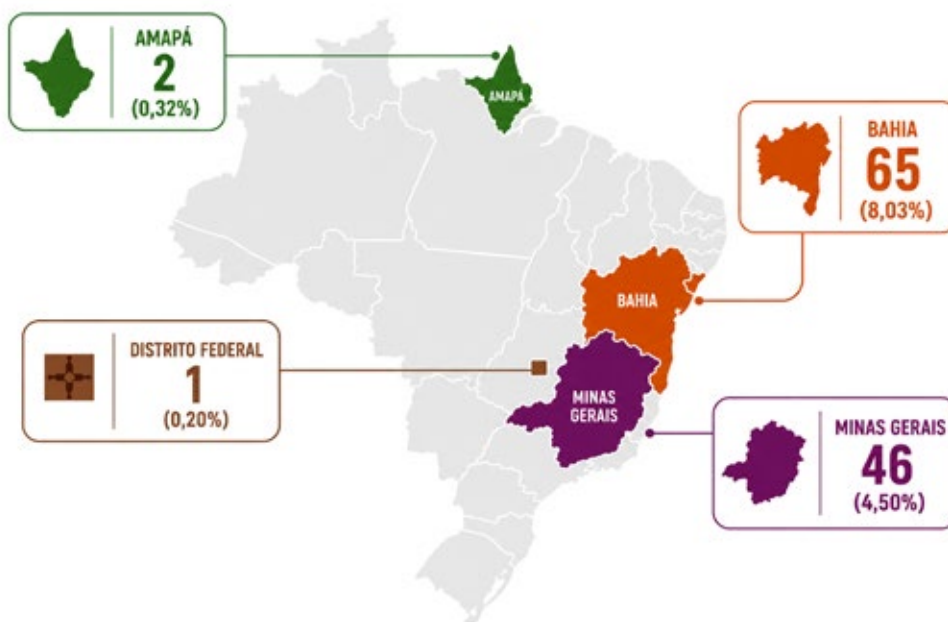
Ao analisar a proporção percentual (incidência em relação ao total de pontos do estado), o cenário se altera:

- Espírito Santo (26,67%), Goiás (22,89%) e São Paulo (22,77%) registram as maiores taxas de pontos de alto risco.
- Em São Paulo, embora tenha ocorrido um acréscimo no número absoluto (de 100 para 107), a proporção percentual em relação ao total mapeado no Estado reduziu.
- Outros Estados com incidência acima de 20% incluem Rondônia (22,41%), Rio de Janeiro (20,90%), Santa Catarina (20,47%) e Tocantins (20,41%).



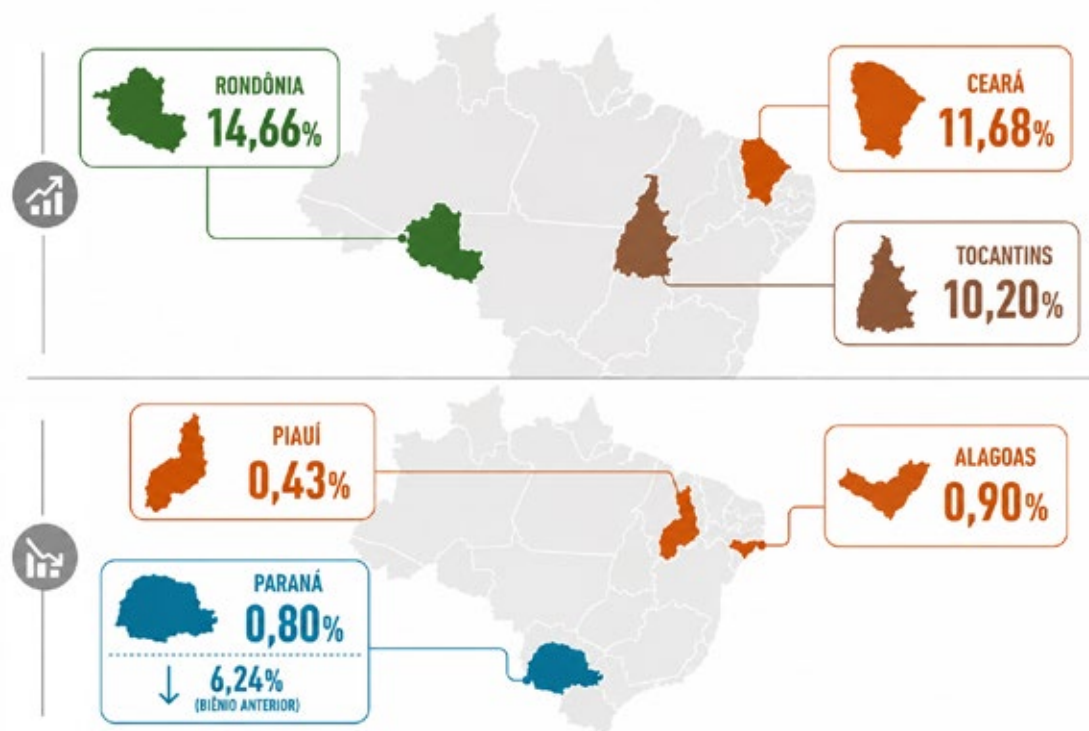
Pontos Críticos

Quanto à severidade máxima (pontos críticos), a Bahia (65) e Minas Gerais (46) detêm os maiores volumes absolutos. Na Bahia, apesar da redução no total de pontos mapeados, a taxa de criticidade subiu de 4,27% para 8,03%. Já os menores registros absolutos pertencem ao Distrito Federal (1) e ao Amapá (2).



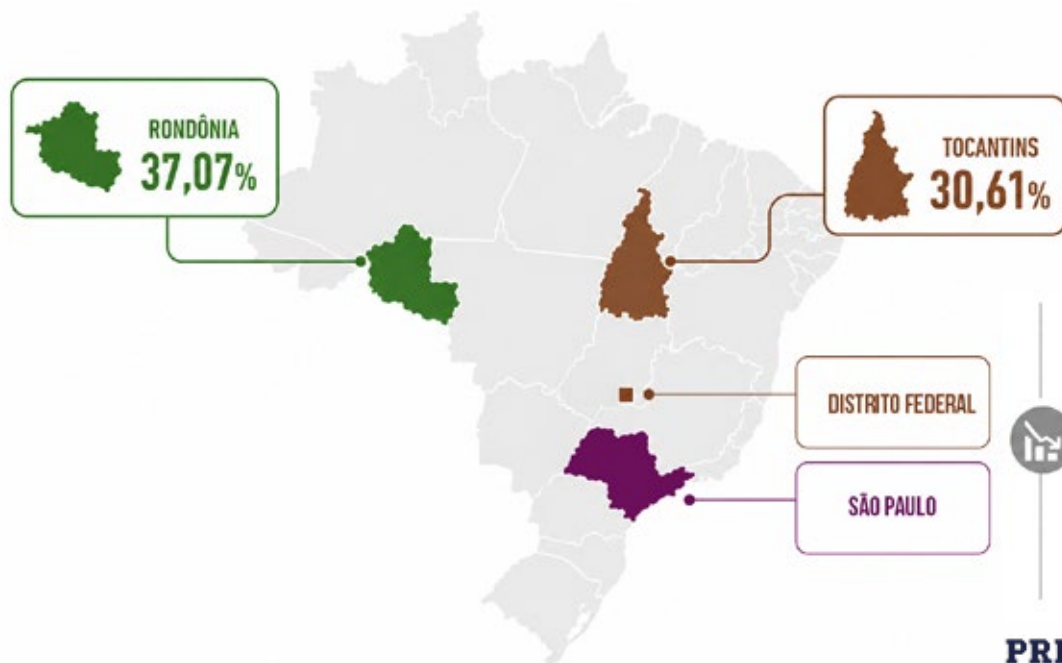


Os menores índices percentuais de criticidade foram observados no Piauí (0,43%), Paraná (0,80%) e Alagoas (0,90%). O Paraná destaca-se pela variação em relação ao biênio anterior, quando registrava 6,24%. Por outro lado, as maiores taxas de criticidade proporcional concentram-se em Rondônia (14,66%), Ceará (11,68%) e Tocantins (10,20%).



Somatório de Vulnerabilidade (Críticos + Alto Risco)

Ao somar as duas categorias de maior criticidade, Rondônia (37,07%) e Tocantins (30,61%) ocupam as posições de maior incidência percentual de risco. Em contrapartida, unidades como o Distrito Federal e São Paulo apresentaram retrações expressivas em suas taxas de criticidade no comparativo entre os biênios 2023/2024 e 2025/2026.



9.

Inteligência Policial no Combate à ESCA

9.1 A Inteligência como eixo estratégico do mapeamento

A atuação da Diretoria de Inteligência (DINT) é fundamental para que o Projeto MAPEAR deixe de ser um simples catálogo de localidades e se torne um instrumento dinâmico de segurança. A perspectiva de Inteligência no combate à ESCA foca no “levantar para prevenir e enfrentar”, transformando dados brutos em conhecimento acionável por meio da produção de conhecimento e análises nacionais, que subsidiam ações repressivas e preventivas com maior assertividade. A Inteligência atua como o “cérebro” por trás das estatísticas, permitindo que o Projeto evolua de um diagnóstico estático para uma ferramenta de análise preditiva.

O Projeto MAPEAR nasceu com a missão de identificar pontos mapeados potenciais à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) nas rodovias federais. No entanto, é a atividade de inteligência que transforma esse mapa em uma plataforma viva de combate ao crime. O papel estratégico da Inteligência aqui é duplo: dar profundidade ao dado coletado e fornecer previsibilidade operacional.

“A Inteligência atua como o ‘cérebro’ por trás das estatísticas, permitindo que o Projeto evolua de um diagnóstico estático para uma ferramenta de análise preditiva.”



a. Refinamento Metodológico

A análise de Inteligência permite identificar divergências entre a metodologia vigente e a realidade de campo, sugerindo a readequação de parâmetros de classificação e perguntas técnicas para tornar o mapeamento mais preciso. Por meio da aplicabilidade analítica de bases de dados (criminais, socioeconômicas e geográficas), a Inteligência valida informações recebidas filtrando o que é ruído e destacando o que é ameaça iminente.



b. Identificação de Novos Cenários

Por meio da busca inteligente e do cruzamento de dados, a Inteligência identifica pontos ausentes no mapeamento anterior, mas que apresentam indícios reais de ocorrência de ESCA, garantindo que o Estado chegue onde o crime tenta se esconder. A Inteligência mapeia a relação entre grandes obras de infraestrutura, eventos sazonais (rotas de escoamento de safra) e o aumento da vulnerabilidade em trechos específicos, permitindo o direcionamento de recursos para onde o risco é real. Esta análise preditiva da Inteligência proporciona uma antecipação a novos pontos de exploração, permitindo uma atuação preventiva antes de o crime se instalar.



c. Mapeamento Orientado pela Inteligência

Na nova fase do MAPEAR 2.0, o foco recai sobre o uso estratégico da tecnologia e de ferramentas de análise para aplicar recursos humanos em alvos prioritários, acompanhando as mudanças no modus operandi dos criminosos, inclusive no ambiente digital. A transição para o MAPEAR 2.0 marca o uso da Inteligência Policial para monitorar não apenas a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), mas crimes conexos como o tráfico de pessoas. Essa evolução permite que a base de dados acesse resultados históricos e utilize a busca inteligente de pontos georreferenciados, garantindo agilidade e segurança na classificação de riscos.

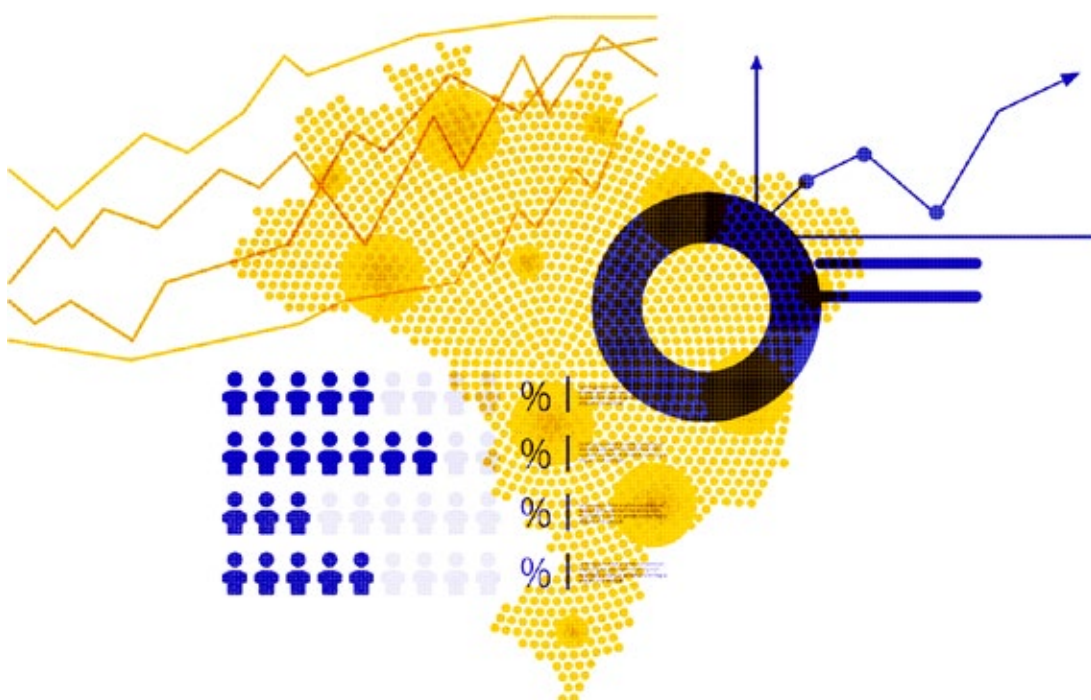
9.2 Fortalecimento do Projeto e Perspectivas Futuras

A integração entre a Inteligência e as ações operacionais — como a Operação DOMIDUCA — potencializa o resgate de vítimas e a repressão qualificada. O papel da Inteligência é, portanto, o de garantir a acurácia. Ao cruzar dados operacionais com indicadores socioeconômicos (como o IVS, o IDEB e o IDH), a PRF consegue não apenas reprimir o crime, mas subsidiar a criação de políticas públicas que ataquem as causas da vulnerabilidade. Assim, a Inteligência fortalece o compromisso da PRF em tornar as rodovias federais caminhos seguros para o futuro de nossas crianças e adolescentes, resultando em uma redução progressiva da criticidade dos pontos nas rodovias federais.

9.3 Atuação integrada para um futuro seguro

O fortalecimento do Projeto MAPEAR, via Inteligência Estratégica, reafirma o papel da nossa Instituição como guardião da dignidade humana. Ao integrar tecnologia, doutrina e presença de campo, não apenas mapeando o risco, mas combatendo o crime na gênese. A atuação integrada — envolvendo Inteligência, operações e sociedade civil — é a via para transformar nossas rodovias em caminhos de liberdade e segurança para as futuras gerações.

O papel da Inteligência no fortalecimento do Projeto MAPEAR é converter a indignação institucional em eficiência técnica. Ao proteger crianças e adolescentes através de dados e análises precisas, a Instituição não cumpre apenas uma função policial, mas exerce sua missão mais nobre que é a salvaguarda da dignidade humana e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.



10.

Operações e Desdobramentos/ Ações Preventivas

10.1 Operação DOMIDUCA: Enfrentamento Integrado à ESCA

A Operação DOMIDUCA é a principal ação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA). Seu nome remete à deidade romana responsável por proteger o caminho das crianças de volta ao lar, e sintetiza o objetivo da ação: zelar pela segurança e integridade de crianças e adolescentes vulneráveis na malha rodoviária federal.

O sucesso da operação fundamenta-se na integração entre as áreas de Inteligência e Operações. Por meio da validação prévia dos dados do Projeto MAPEAR, as equipes têm condições de priorizar intervenções em pontos críticos e de alto risco, onde a probabilidade de flagrantes ou situações de vulnerabilidade é elevada.

A atuação da PRF desdobra-se em duas frentes complementares:



Eixo Repressivo:

Focado em ações ostensivas nos locais de maior severidade, visando a interrupção imediata de crimes e o resgate de vítimas.



Eixo Preventivo:

Direcionado mais enfaticamente aos pontos de médio e baixo risco, com foco na sensibilização dos trabalhadores e dos usuários das rodovias.

Realizada anualmente em todas as Unidades Federativas, a Operação DOMIDUCA transcende a presença policial, ao atuar em conjunto com o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD-CA). Esta articulação intersetorial assegura que o desfecho da ação policial seja o início de um ciclo de acolhimento e assistência, essencial para a ruptura da violência e o fortalecimento da rede de proteção integral.

Panorama Operacional e Comparativo de Dados

Os gráficos a seguir apresentam o desempenho das Operações DOMIDUCA e a evolução dos indicadores de risco nas rodovias federais. Para uma análise precisa, os dados consolidam o volume de fiscalizações, resgates e ações preventivas, comparando os resultados da operação nos anos de 2024 e 2025.

TABELA 3 - QUANTITATIVO DE OPERAÇÕES DOMIDUCA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UF	Quantitativo do Operações	
	2024	2025
AC	2	1
AL	1	2
AM	2	1
AP	1	2
BA	2	2
CE	1	2
DF	1	1
ES	2	2
GO	1	1
MA	1	2
MG	2	2
MS	1	1
MT	2	2
PA	1	3
PB	1	2
PE	2	2
PI	1	2
PR	1	2
RJ	1	2
RN	2	1
RO	2	2
RR	2	2
RS	0	2
SC	1	2
SE	1	2
SP	2	2
TO	1	2
Total	37	49



10.2 Resultados Nacionais: Operação DOMIDUCA

Os resultados consolidados das 86 edições da Operação DOMIDUCA detalham o desempenho operacional entre 2024 e 2025. A tabela a seguir correlaciona três indicadores fundamentais para a avaliação das ações: o volume de locais fiscalizados, o número de pessoas resgatadas e a quantidade de locais para cada resgate.

TABELA 4 - QUANTITATIVO DE INDICADORES OPERACIONAIS DE 2024 E 2025

Indicador Operacional	2024	2025	Varição (%)
Locais Fiscalizados	11.974	4.618	-61.43%
Total de Pessoas resgatadas	73	38	-47.95%
Resgates de ESCA	14	6	-57.14%
Eficiência (Locais por Resgate)	155	118	-23.87%

Análise da Eficiência e do Impacto das Ações

A análise comparativa entre 2024 e 2025 revela variações nos indicadores operacionais que merecem leitura atenta. No que se refere à eficiência das intervenções, observa-se uma otimização do emprego de meios: em 2025, o resgate de cada vítima demandou a fiscalização de 118 locais, frente aos 155 do período anterior. Essa variação sugere um refinamento qualitativo da coleta e o uso de inteligência geográfica para intervenções mais direcionadas.

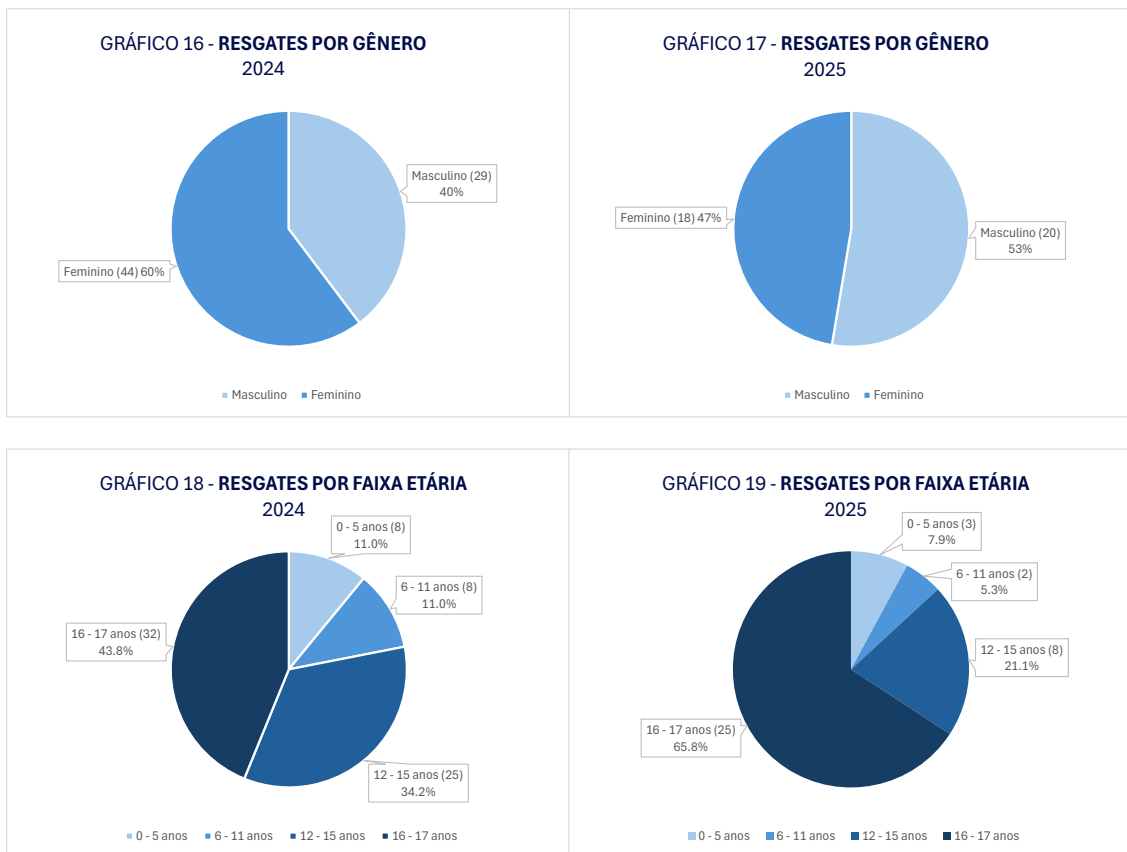
Quanto ao volume de pessoas resgatadas, observa-se uma redução nos números absolutos, inclusive nos casos específicos de ESCA, o que pode ser compreendido, em parte, pelo fortalecimento das ações preventivas. Em 2025, o alcance dessas iniciativas atingiu cerca de noventa mil pessoas, conforme dados da Diretoria de Operações da PRF, indicando que o investimento no eixo educativo pode estar contribuindo para a diminuição da vulnerabilidade imediata e, possivelmente, influenciando a redução de ocorrências e flagrantes nos pontos fiscalizados.

Embora os índices absolutos tenham recuado, a manutenção da capacidade de identificar violações graves reforça a importância da continuidade do Projeto. Cada resgate efetuado consolida a interrupção de ciclos de violência e a garantia de direitos fundamentais em locais de alta complexidade.

Perfil das Vítimas: Gênero e Faixa Etária

A análise dos resgates efetuados em 2024 e 2025 permite identificar os recortes de gênero e faixa etária das vítimas, dados essenciais para o refinamento das estratégias de abordagem e monitoramento da PRF.

Quantitativo de resgates realizados nos anos de 2024 e 2025, segmentados por gênero



Diferentemente de 2024, quando 60% dos resgates foram de pessoas do gênero feminino, os dados de 2025 revelaram uma alternância na predominância de gênero entre os resgatados, divergindo de padrões observados em períodos anteriores. Essa variação demanda acompanhamento nos próximos ciclos operacionais, para determinar se representa uma nova tendência ou uma oscilação pontual decorrente da amostragem. A confirmação de mudanças no perfil das vítimas poderá subsidiar futuras adequações no planejamento e nas táticas de abordagem das edições subsequentes da operação.

Em relação à faixa etária, nos dois anos houve predominância de resgates de pessoas entre 12 e 17 anos.



10.3 A Prevenção como Estratégia

A eficácia da atuação estatal reside na capacidade de antecipar riscos. O equilíbrio entre ações repressivas e preventivas – focadas na redução de vulnerabilidades e na sensibilização social – contribui para a proteção integral da infância e da juventude. Os resultados demonstram que, ao atuar sobre os fatores que expõem jovens ao risco, a PRF não apenas faz cessar crimes, mas fortalece a rede de cuidado necessária para transformar essa realidade.

No ciclo 2025/2026, além da Operação DOMIDUCA, a PRF integrou a campanha nacional “Pule, Brinque, Cuide – Unidos pela Proteção”, uma iniciativa do Comitê Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). A ação ocorre durante o período do carnaval e busca acolher vítimas de diversas violações. Ainda no início de 2026, essa mobilização alcançou 20.799 pessoas, somando-se a outras iniciativas preventivas à incidência de ESCA que a PRF desenvolve de forma integrada com diversos setores.

Dessa forma, a atuação da Polícia Rodoviária Federal busca ir além da esfera policial, posicionando-se como um elo estratégico na rede de proteção. Ao integrar o planejamento operacional ao fluxo de assistência social e jurídica, a instituição assegura que a repressão ao crime seja o primeiro passo de um processo amplo de reparação e garantia de direitos. Esse alinhamento permite transformar dados e mapeamento em resultados humanizados, reafirmando o compromisso da PRF com a dignidade humana.

“A eficácia da atuação estatal reside na capacidade de antecipar riscos.”





PRF

11.

Prêmios e Reconhecimentos

Prêmio Nacional
de Direitos Humanos

2009, da Secretaria de Direitos Humanos
(atual MDH).

Prêmio
João Canuto



2012, do Movimento Humanos Direitos.

Prêmio Nacional
do Disque 100



2013, da Secretaria de Direitos
Humanos (atual MDH).

Prêmio
Neide Castanha



2015, do Comitê Nacional dos
Direitos das Crianças e dos
Adolescentes (categoria Produção
de Conhecimento).

Reconhecimento
Parceiro
Estratégico



2014 a 2022, da
Childhood Brasil.

Reconhecimento
Internacional



2012, do Fórum de Segurança
da ONU.

12.

Perspectivas e Desafios para o Futuro

A Evolução do Projeto MAPEAR

O Projeto MAPEAR consolidou-se, ao longo de mais de duas décadas, como a principal ferramenta de diagnóstico das vulnerabilidades à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) nas rodovias federais brasileiras. Em 2023, o Projeto atingiu um novo patamar institucional ao ser elevado à categoria de Projeto Estratégico da PRF, inaugurando o Projeto MAPEAR 2.0. Esta nova etapa não representa uma ruptura, mas um amadurecimento necessário para que a instituição continue na vanguarda do enfrentamento a crimes cujas dinâmicas tornaram-se mais complexas.

O Valor do Conhecimento Técnico-Científico

Para dar sustentação a essa transição, a PRF – por meio da Diretoria-Executiva (DIREX) e da Coordenação-Geral de Direitos Humanos (CGDH), em parceria com a Universidade Corporativa da PRF (UniPRF) – instituiu por meio de um processo seletivo interno com ampla concorrência, um grupo de pesquisa composto por quatro policiais rodoviários federais, mestres e doutores, responsáveis por trabalhar na atualização metodológica e no aprimoramento do Projeto.

Essa pesquisa multidimensional envolveu a análise de centenas de registros técnicos, operacionais e científicos, a produção de revisões sistemáticas da literatura acadêmica nacional e internacional, além da exploração de ideias advindas de entrevistas com especialistas no tema, resultando em propostas para fortalecimento do Projeto MAPEAR 2.0 como uma plataforma de inteligência aplicada ao enfrentamento à ESCA. A valorização da ciência é o pilar central desta nova fase, operando para que as diretrizes operacionais estejam ancoradas em evidências sólidas e metodologias auditáveis.



As Inovações Metodológicas do Projeto MAPEAR 2.0

A metodologia proposta para as próximas edições do mapeamento visa introduzir aperfeiçoamentos estruturais, com potencial de tornar a atuação da PRF ainda mais precisa e integrada. Tais aprimoramentos encontram-se em fase de validação institucional e científica, podendo ser ajustados antes de sua consolidação definitiva.



1. Mapeamento Orientado pela Inteligência (MOI)

A principal mudança de paradigma é a transição para o Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) aplicado ao mapeamento, invertendo a lógica tradicional e atribuindo à inteligência uma função de assessoramento prévio e diretivo. A proposta consiste em ampliar o uso de análises qualificadas para subsidiar a priorização de áreas e perfis de risco, contribuindo para maior eficiência na alocação de recursos e na tomada de decisão, sem substituir a atuação empírica das equipes em campo.



2. Fluxo de Mapeamento Contínuo

A ideia é que o levantamento, que tradicionalmente ocorria em ciclos bienais, passe a ser progressivamente incorporado à atividade policial, ampliando a capacidade de atualização da base de dados. Essa inovação permite que a base de dados seja atualizada de forma mais dinâmica, acompanhando a volatilidade do crime e a dinâmica das mudanças dos cenários às margens das rodovias.



3. Ponderação Matemática e Rigor Geoestatístico

Para reduzir a subjetividade na classificação de risco e conferir maior rigor técnico aos resultados, a nova metodologia propõe o aperfeiçoamento dos critérios de análise e priorização, com base em abordagens quantitativas e evidências técnicas. Esses avanços integram um conjunto de melhorias institucionais e tecnológicas em desenvolvimento, voltadas ao fortalecimento da consistência metodológica e da capacidade analítica do Projeto MAPEAR, cujo detalhamento será oportunamente apresentado após validação e consolidação dos estudos em curso.



4. Integração Sistêmica de Dados

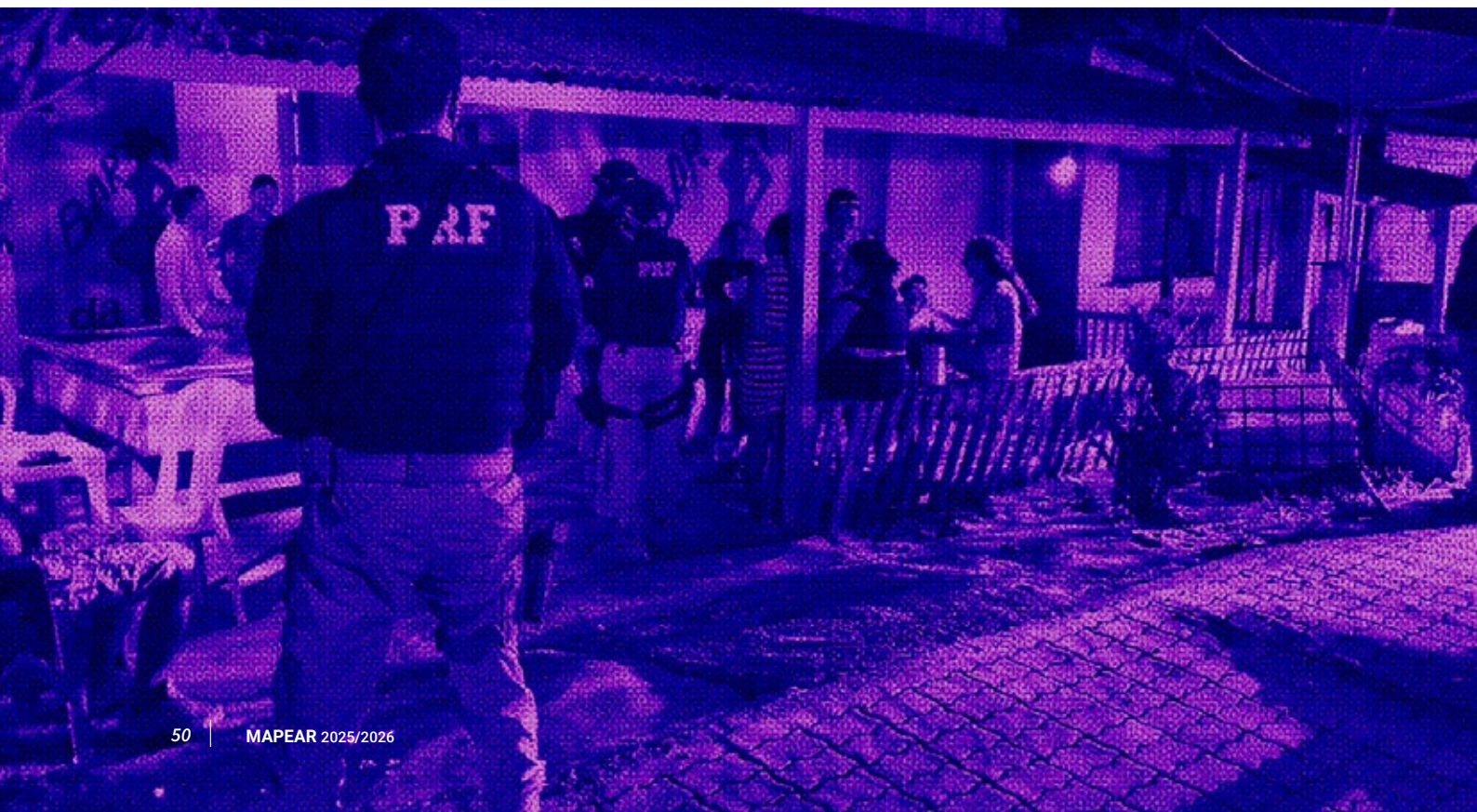
O Projeto MAPEAR 2.0 posiciona-se como um potencial integrador de informações, prevendo o aprimoramento progressivo da interoperabilidade com bases de dados institucionais, como registros policiais e sistemas de políticas públicas. O cruzamento longitudinal dessas informações permitirá compreender a trajetória de vulnerabilidade das vítimas e a exploração sexual por parte dos agressores entre diferentes unidades da federação.



5. Aperfeiçoamentos Institucionais e Tecnológicos

Outras propostas de inovação encontram-se em fase de discussão e amadurecimento técnico, envolvendo ampliação do uso de tecnologias, fortalecimento de parcerias institucionais e maior aproximação com a sociedade. Iniciativas oportunamente apresentadas, após validação formal e consolidação metodológica.

Desta forma, a PRF reafirma seu compromisso com a excelência técnica e com a missão de tornar as rodovias federais locais cada vez mais seguros, transformando o conhecimento científico aplicado à proteção integral, em ferramenta para a proteção real de crianças e adolescentes no Brasil.



13.

Considerações Finais

Para a Polícia Rodoviária Federal, proteger crianças e adolescentes é mais do que o mero cumprimento do dever. A defesa aos direitos humanos e o cuidado com as pessoas estão enraizados na história da PRF, de forma tão orgânica, que compõem a Missão, a Visão de Futuro e os Valores Institucionais do órgão, consignados em seu Mapa Estratégico.

Nesse sentido, o Projeto MAPEAR se estabelece como uma iniciativa de grande importância no âmbito da PRF e da segurança pública nacional, proporcionando, por meio de inteligência policial e de uma metodologia cada vez mais aprimorada, atingir resultados concretos no combate à ESCA.

Mas não basta executar o Projeto a cada biênio. O crime de ESCA, como todas as práticas criminosas, evolui e se adapta às novas tecnologias. Portanto, para quem está na linha de frente do combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes cabe também inovar e buscar meios aprimorados para realizar esse trabalho.

Isso nos levou ao advento do MAPEAR 2.0, para o qual incorporamos novas tecnologias e aprimoramento científico do projeto, buscando maior precisão na análise e no monitoramento dos pontos mapeados, para que, ao lado dos nossos parceiros – essenciais para o sucesso das ações –, possamos ser ainda mais eficientes na defesa das crianças e adolescentes mais vulneráveis.

O enfrentamento a essa forma abominável de exploração não pode recuar, e cabe a cada um de nós – poder público, entes privados e terceiro setor, dentro de suas respectivas atribuições – empenhar-se para que possamos, nas edições futuras, chegar ao ponto de que os resgates sejam raros, não por diminuição do comprometimento, mas pelo crime que, enfim, retrocedeu.



MAPEAR

11ª EDIÇÃO 2025/2026

